

Diário do Legislativo de 22/10/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA

(PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS) e Arlen Santiago (PTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

4) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Leonardo Moreira

5) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

6) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB); José Milton (PSDB), Paulo Piau (PP)

8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado Paulo PP Vice-Presidente
Piau

Deputado BPSB
Dalmo Ribeiro
Silva

Deputado Fábio BPSB
Avelar

Deputado Jô Bloco
Moraes PT/PcdoB

Deputado PMDB
Leonardo
Quintão

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Alberto Pinto PP
Coelho

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Roberto Bloco
Carvalho PT/PcdoB

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Paulo PFL Vice-Presidente
César

Deputado Olinto BPS
Godinho

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PCdoB

Deputado PP
Pinduca Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo PL
Moreira

Deputado Doutor PFL
Viana

Deputado Zé Maia BPS

Deputado André Bloco
Quintão PT/PCdoB

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Bonifácio Mourão

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado BPS
Ermano Batista

Deputado BPS
Leonídio Bouças

Deputado Bloco
Durval Ângelo PT/PCdoB

Deputado PL
Leonardo Moreira

Deputado PFL
Gustavo Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Dalmo BPSB
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco
Prado PT/PCdoB

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Doutor PFL
Viana

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSB Presidente
Pacífico

Deputada Vanessa BPSB Vice-Presidente
Lucas

Deputada Maria Bloco
Tereza Lara PT/PCdoB

Deputado Irani PL
Barbosa

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio BPSB
Avelar

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes Bloco
PT/PCdoB

Deputado Jayro PL
Lessa

Deputado Chico PMDB
Rafael

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Roberto Ramos PL Vice-Presidente

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Rocha Biel Bloco PT/PCdoB

Deputado Gilberto Abramo PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Campos Marília Bloco PT/PCdoB

Deputado Sidinho do PSDB
Ferrotaco

Deputado Sawan Fahim BPSP

Deputado Carvalho Roberto Bloco PT/PCdoB

Deputado Quintão Leonardo PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes PMDB Presidente

Deputada Maria Resende Ana BPSP Vice-Presidente

Deputado Leonídio Bouças BPSP

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PCdoB

Deputado Sidinho do PSDB
Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PCdoB
Lara

Deputado Alberto PTB
Bejani

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Ermano Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado Mauro BPSP
Lobo

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PCdo
B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado PFL
Doutor Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton PSDB

Deputado Neider BPSP
Moreira

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Rogério Bloco PT/PCdoB
Correia

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente
José Haueisen PT/PCdoB

Deputado BPSB Vice-Presidente
Doutor Ronaldo

Deputado Fábio BPSB
Avelar

Deputado José PSDB
Milton

Deputado PMDB
Leonardo
Quintão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB
Augusto

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputada Olinto BPSB
Godinho

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Bloco Presidente
Quintão PT/PCdo
B

Deputado PFL Vice-Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado Mauro BPSB
Lobo

Deputado João PL
Bittar

Deputado Leonardo Quintão PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PCdoB

Deputada Pacífico Lúcia BPSP

Deputado Godinho Olinto BPSP

Deputado Passos Márcio PL

Deputado Nogueira Ivair PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB Vice-Presidente
B

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Doutor Viana PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco
Hauelsen PT/PCdoB

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado João Bittar PL

Deputado Valadares Gustavo PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Olívia	BPSP	Presidente
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdo B	Vice-Presidente
Deputado Djalma Diniz	BPSP	
Deputado Antônio Genaro	PL	
Deputado Dimas Fabiano	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sawan	Fahim	BPSP
Deputado Ângelo	Durval	Bloco PT/PCdoB
Deputado Ronaldo	Doutor	BPSP
Deputado Barbosa	Irani	PL
Deputado Gil Pereira		PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Duarte	Bloco PT/PCdo B	Presidente
Deputado Fahim Sawan	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	BPSP	
Deputado Neider Moreira	BPSP	
Deputado Célio Moreira	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Bloco PT/PCdoB
Simões

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Roberto PL
Ramos

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado PTB Vice-Presidente
Alberto Bejani

Deputado PL
Leonardo Moreira

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Bloco
Rogério PT/PCdo
Correia B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PCdoB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PTB Presidente
Alberto Bejani

Deputada Bloco Vice-Presidente
Marília Campos PT/PCdo
B

Deputado BPSP
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado Bloco
André Quintão PT/PCdo
B

Deputado PFL
Elmiro
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio PL
Passos

Deputada Maria José Bloco PT/PCdoB
Hauelsen

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Padre João Bloco PT/PCdoB

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente
Moreira

Deputado BPSP Vice-Presidente
Djalma Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PCdo
Augusto B

Deputado PMDB
Adalclever
Lopes

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sidinho do PSDB
Ferotaco

Deputado Antônio BPSB
Carlos Andrada

Deputada Cecília Bloco PT/PCdoB
Ferramenta

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente
Paulo César

Deputada BPSB Vice-Presidente
Maria Olívia

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PCdo
B

Deputado PL
Márcio Passos

Deputado PMDB
Chico Rafael

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Jr.

Deputado Laudelino Bloco PT/PCdoB
Augusto

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial DA COMISSÃO especial para emitir parecer sobre a proposta de emenda à constituição Nº 54/2003, em 20/8/2003

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen, José Henrique e Laudelino Augusto (substituindo este ao Deputado Padre João, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCDoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por ser esta a primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator da matéria. A Presidente convida o Deputado Laudelino Augusto para atuar como escrutinador. Procedendo-se à apuração dos votos, são eleitos a Deputada Maria José Haueisen, para Presidente, e o Deputado José Henrique, para Vice-Presidente, ambos por unanimidade. A Deputada Maria José Haueisen declara empossado como Vice-Presidente o Deputado José Henrique e passa a ele a Presidência da reunião. O Deputado José Henrique declara empossado como Presidente a Deputada Maria José Haueisen e retorna a ela a direção dos trabalhos. Em seguida, a Presidente designa o Deputado José Henrique para relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser marcada posteriormente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente - Luiz Humberto Carneiro - José Henrique.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de ética e decore parlamentar, em 2/10/2003

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Célio Moreira, Gilberto Abramo e Padre João, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Presidente faz pronunciamento no qual declina, em favor do Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Fábio Avelar, do exercício da Presidência no que diz respeito a todos os atos de que seja parte o Deputado Irani Barbosa, uma vez que este suscitou dúvidas sobre a imparcialidade do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em sua atuação como Presidente. Assim sendo, na ausência do Deputado Fábio Avelar, passa a Presidência ao Deputado Célio Moreira, que dá novo despacho às Representações nºs 1, 2, 3, 5 e 6, abrindo nova contagem de prazo para apresentação de defesa, nos termos do art. 20, II, da Resolução nº 5.207, de 2002. O Presidente também solicita seja pedido aos envolvidos na Representação nº 4/2003 que se manifestem sobre as provas que têm a produzir na fase de instrução probatória dessa representação, abrindo um prazo de cinco dias a contar da data do recebimento da notificação. O Presidente esclarece que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser marcada posteriormente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo - Fábio Avelar - Biel Rocha - Gustavo Valadares.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde, em 9/10/2003

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Célio Moreira, Neider Moreira e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ricardo Duarte, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 472/2003, em turno único (Deputado Célio Moreira); 810/2003, em 1º turno (Deputado Neider Moreira); 970/2003, em turno único (Deputado Fahim Sawan). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência comunica que continua em discussão, em turno único, o Projeto de Lei nº 773/2003, uma vez que foi concedida vista ao Deputado Carlos Pimenta. O Deputado Célio Moreira, relator da matéria, apresenta seu parecer pela aprovação da matéria com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e com a Emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a votação, é o parecer aprovado. Na ausência do Deputado Carlos Pimenta, o Deputado Ricardo Duarte avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 674/2003 em 1º turno e conclui pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente passa a palavra ao Deputado Célio Moreira, relator do Projeto de Lei nº 708/2003 em 1º turno, o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A Presidência passa a palavra ao Deputado Neider Moreira, relator do Projeto de Lei nº 928/2003 em 1º turno, o qual conclui pela rejeição da matéria. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 748/2003 (relator: Deputado Ricardo Duarte); 883/2003 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Neider Moreira); 921 e 972/2003 (relator: Deputado Fahim Sawan). Submetido a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.521 e 1.534/2003 em turno único. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Neider Moreira, em que solicita sejam pedidas à Superintendência de Atenção à Saúde da Secretaria da Saúde informações sobre o resultado da audiência pública desta Comissão, realizada em 14/8/2003, referente ao fornecimento de medicamentos aos pacientes das doenças de Crohn e retocolite ulcerativa; dos Deputados Márcio Passos, Maria José Haueisen e André Quintão, em que solicitam sejam pedidas ao Secretário da Saúde, ao Diretor Regional de Saúde e aos 32 Prefeitos da Região do Baixo Jequitinhonha informações sobre a necessidade e a importância do Hospital Regional de Almenara para a região e solicitam, ainda, sejam pedidas aos Secretários Municipais de Saúde de Governador Valadares e Teófilo Ottoni informações sobre os atendimentos realizados pelos hospitais municipais à população das 32 cidades citadas anteriormente; do Deputado Padre João, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação dos hospitais filantrópicos da região do Alto Paraopeba, com os convidados que menciona; do Deputado Ricardo Duarte, em que solicita seja reiterado ao Secretário da Saúde pedido de informação sobre a situação dos aprovados no concurso público da FHEMIG realizado no ano passado e não efetivado até o momento e solicita, ainda, sejam pedidas informações sobre a renovação de contratos de funcionários aprovados em concurso e não nomeados; da Comissão de Saúde (2), em que solicita seja reiterado à empresa SIEMENS pedido para que seja renegociado um prazo

maior para pagamento de tomógrafos por parte do Hospital das Clínicas da Universidade de Uberlândia; e seja reiterado ao Governador do Estado pedido de liberação de recursos emergenciais para socorrer os hospitais universitários de Minas Gerais, que se encontram em dificuldades financeiras. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Ricardo Duarte, Presidente - Fahim Sawan - Célio Moreira.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, em 13/10/2003

Às 13h15min, comparecem no Ginásio da Escola Agrotécnica Federal de Machado os Deputados Paulo Piau, Laudelino Augusto, Dalmo Ribeiro Silva e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Domingos Sávio e Sebastião Navarro Vieira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Piau, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a situação da cafeicultura mineira na região Sul do Estado, dando ênfase à produção e à comercialização de cafés especiais. A Presidência comunica a presença dos seguintes convidados: Srs. Ivan Franco Caixeta, Presidente da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil - ACOB -; Sérgio Pedini, Presidente da Certificadora Sapucaí de Produtos Orgânicos, Secretário Executivo da ACOB e professor da Escola Agrotécnica Federal de Machado; Luiz Adauto de Oliveira, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo e Região; Cristiano Carvalho Ottoni, Diretor da Bourbon Speciality Coffees Ltda.; Gilson José Ximenes de Abreu, membro do Conselho Nacional do Café, e Breno Pereira Mesquita, Presidente da Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí Ltda. A Presidência registra, ainda, a presença dos Srs. Jorge Eduardo de Oliveira; José Miguel de Oliveira, Prefeito Municipal de Machado; João Roberto Puliti, Diretor da FAEMG e Presidente da Comissão de Café da CNA; Osvaldo Henrique Ribeiro, Presidente da CNC; Renato Ferreira de Oliveira, Diretor-Geral da Escola Agrotécnica Federal de Machado; e Roberto Camilo Órfão Morais, Diretor de Ensino da mesma Escola e Presidente da FADEMA, os quais são convidados a fazer parte da Mesa dos trabalhos. O Presidente, Deputado Paulo Piau, tece suas considerações iniciais e passa a palavra ao Deputado Laudelino Augusto, autor do requerimento que originou esta audiência pública. Logo em seguida, são ouvidos os demais Deputados e os convidados. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados dois requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ofício ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco do Brasil com vistas à realização de estudos para um novo alongamento do perfil da dívida dos cafeicultores do Estado, em especial dos títulos de securitização da CREDIMINAS e do FUNCAFÉ a vencer em 30/10/2003, com um prazo mínimo de quatro anos; e seja enviado ofício ao Presidente do Banco do Brasil com vistas à alteração do procedimento de garantia aos financiamentos à cafeicultura, de forma a permitir que o valor da cédula penhoratória seja reduzido durante a amortização dos empréstimos proporcionalmente à redução do principal da dívida, liberando as garantias reais dos produtores, que, assim, poderão assumir novos financiamentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Paulo Piau, Presidente - José Henrique - Laudelino Augusto - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial PARA EMITIR PARECER SOBRE A Indicação DO Presidente do IPSEMG, em 14/10/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Fahim Sawan e Neider Moreira (substituindo este ao Deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BPSF), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina à arguição pública do Sr. Hélio César Brasileiro, indicado para o cargo de Presidente do IPSEMG, e a apreciar o parecer do relator. A Presidente passa a palavra ao Sr. Hélio César Brasileiro, que faz breve exposição do seu "currículo vitae". A seguir, a Presidente passa a palavra ao Deputado Fahim Sawan, relator da matéria, para que inicie os questionamentos. Segue-se arguição, conforme consta das notas taquigráficas. Após as considerações finais dos presentes, o relator emite seu parecer pela aprovação do nome do indicado, que, após ser submetido a discussão e votação, é aprovado. O Presidente suspende os trabalhos, para ser lavrada esta ata. Reabertos os trabalhos, é aprovado requerimento do Deputado Fahim Sawan, em que solicita dispensa da leitura da ata, que o Presidente dá por aprovada e que é subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença do convidado e dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2003.

Maria Tereza Lara, Presidente - Fahim Sawan - Neider Moreira.

ATA DA 20ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública, em 14/10/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Piau e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 296 e 889/2003 (Deputado Paulo Piau); 434/2003 (Deputado Leonardo Quintão) e 932/2003 (Deputado Fábio Avelar). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nºs 318/2003, o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do substitutivo nº 1 (relator: Deputado Fábio Avelar) e o parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 97/2003 (relator: Deputado Fábio Avelar). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 889/2003 e 157/2003, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Paulo Piau. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.491, 1.495, 1.522, 1.572, 1.581, 1.582, 1.593, 1.596 e 1.598/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Chico Simões, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a estruturação orgânica do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado; Fábio Avelar, em que solicita seja realizada audiência pública na cidade de Caxambu, para se discutir o Projeto de Lei nº 1.004/2003; da Deputada Marília Campos (com emenda do Deputado Rogério Correia), em que solicita seja realizada audiência pública para se discutir o Projeto de Lei nº 889/2003. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os

trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2003.

Jô Moraes, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Fábio Avelar - Leonardo Quintão - Sargento Rodrigues.

ATA DA 25ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 15/10/2003

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen, Doutor Ronaldo e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Paulo Piau e Ricardo Duarte. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e debater o Projeto de Lei nº 12/2003, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Deputado Fábio Avelar, Presidente da Comissão Especial do Anel Rodoviário, convidando os membros desta Comissão para participarem de audiência pública com a finalidade de debater as questões ambientais que envolvem o Anel Rodoviário de Belo Horizonte; e fax da Sra. Marilena Lazzarini, Coordenadora Executiva do IDEC, agradecendo o convite para participar desta reunião e justificando sua ausência. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 693/2003, no 2º turno, e 129/2003, no 1º turno (Deputado Leonardo Quintão); e 896/2003, no 1º turno (Deputado Fábio Avelar). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência dá prosseguimento à discussão do parecer do relator, Deputado Fábio Avelar, sobre o Projeto de Lei nº 539/2003, no 1º turno, o qual conclui pela rejeição da matéria. Colocado em votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.516, 1.579 e 1.583/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Constituição e Justiça para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.071/2003; Weliton Prado, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, na cidade de Ibiá, o desastre ambiental ocorrido no rio Misericórdia, causado pelo descarrilamento de trem da FCA; Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as repercussões ambientais dos loteamentos na bacia da lagoa Vargem das Flores, com emenda do Deputado Fábio Avelar em que solicita seja convidado, também, o Presidente da COPASA-MG; Doutor Ronaldo, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a destinação do lixo industrial produzido no Estado; Rogério Correia e Maria José Haueisen, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, na cidade de Jequitinhonha, a situação e o destino das famílias quilombolas atingidas pela criação da Reserva Biológica da Mata Escura. A seguir, a Presidência interrompe os trabalhos ordinários para, em reunião especial, ouvir os seguintes convidados: Srs. Sânzio Mollica Vidigal, Chefe do Departamento de Pesquisa da EPAMIG; Antônio Álvaro Corserti Porcino, pesquisador da EMBRAPA Milho e Sorgo, e Éldio Bonomo, professor da UFOP e membro do Conselho Regional de Nutricionistas. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ricardo Duarte, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente - Doutor Ronaldo - Márcio Passos.

ATA DA 22ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública, em 16/10/2003

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jô Moraes, Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Piau, Fábio Avelar, Leonardo Quintão e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Jô Moraes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 890/2003 (Deputado Domingos Sávio); 966/2003 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.004/2003 (Deputado Fábio Avelar). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 36/2003 na forma do Substitutivo nº 1. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Fábio Avelar - Dalmo Ribeiro Silva - Paulo Piau - Jô Moraes - Leonardo Quintão.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 90ª reunião ordinária, em 22/10/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação do nome do Professor Luiz Guilherme Alves da Silva para membro do Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação do Requerimento nº 908/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita informações ao Comandante-Geral da PMMG sobre a sindicância aberta para apurar denúncia contra os policiais militares Cabos Ferraz e Fábio, que servem no Município de Ewbank da Câmara. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 915/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Ouvidor da Polícia do Estado o envio a esta Casa de cópia do último relatório sobre desvio de conduta de policiais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 931/2003, do Deputado Fábio Avelar, em que solicita informações ao Presidente da COPASA sobre os municípios em débito com a Companhia e sobre os municípios que negociaram os respectivos débitos e em que bases, bem como o envio a esta Casa de cópia dos contratos celebrados com cada município. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 944/2003, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita ao Subsecretário de Assuntos Municipais da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana o envio a esta Casa do plano de reorganização e revitalização das agências do Posto de Serviço Integrado Urbano - PSIU - no Estado e, em especial, do de Coronel Fabriciano, bem como os programas a serem implementados nos referidos órgãos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 946/2003, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente o envio a esta Casa dos documentos relativos ao licenciamento ambiental de Capim Branco I e II, especialmente o parecer técnico contrário à construção dos barramentos e à decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental que deliberou sobre tal licenciamento. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 947/2003, da Comissão de Segurança Pública, que solicita ao Secretário de Defesa Social informações sobre o déficit de vagas no sistema prisional e sobre a necessidade de pessoal para exercício de atividade policial nas Polícias Civil e Militar do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003, do Governador do Estado, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 481/2003, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maravilhas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 568/2003, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Azul o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 738/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a CEMIG. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 739/2003, do Governador do Estado, que dá a denominação de Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 143/2003, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o serviço disque denúncia de agressões ao meio ambiente no território do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça e com as Emendas de nºs 3 e 4, da Comissão de Meio Ambiente .

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 304/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que altera o artigo 5º, inciso II, da Lei nº 11.396, de 6/1/94, que cria o Fundo de Fomento Sócio-Econômico do Estado de Minas Gerais - FUNDESE -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 361/2003, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas rodovias estaduais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 752/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que proíbe a compra e a revenda, por estabelecimento comercial, de farinha de trigo com adição de mandioca ou derivados. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do

projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 836/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lima Duarte o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 854/2003, do Deputado Doutor Ronaldo, que dispõe sobre a inclusão de cláusula contendo a obrigatoriedade da reserva de espaço para publicidade no interior dos ônibus intermunicipais. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 174/2003, do Deputado Ricardo Duarte, que dispõe sobre a informação e a orientação relativas à legislação, ao sistema e aos procedimentos para transplante de órgãos a serem prestadas aos pacientes e seus familiares. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 740/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goianá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 741/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter à Sociedade de São Vicente de Paulo, no Município de Frutal, o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 22/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 478/2003, do Deputado Antônio Genaro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 371/2003, do Deputado Durval Ângelo; 409 e 956/03, do Deputado Miguel Martini; 747/2003, do Deputado João Bittar; 776/2003, do Deputado Dilzon Melo; 787/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 899/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 909/2003, do Deputado Pinduca Ferreira; 946/2003, do Deputado Neider Moreira; 958/2003, do Deputado Ricardo Duarte.

Requerimentos nºs 1.610, 1.611 e 1.629/2003, do Deputado Domingos Sávio; 1.614/2003, do Deputado Doutor Viana; 1.628/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.634/2003, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 22/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 785/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 311/2003, do Deputado Célio Moreira; 337/2003, do Deputado Agostinho Patrús; 406/2003, do Deputado Miguel Martini; 538/2003, da Deputada Ana Maria Resende; 708/2003, do Deputado Wanderley Ávila; 767/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 944/2003, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.609/2003, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 22/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 316/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.589/2003, do Deputado Biel Rocha.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da Comissão Especial da Expansão do Metrô, a realizar-se às 14h30min do dia 22/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 22/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 633/2003, do Deputado Paulo Piau.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão especial da Santa Casa de Belo Horizonte, a realizar-se às 15 horas do dia 22/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão Especial da Cafeicultura Mineira, a realizar-se às 9h30min do dia 23/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do IMA; Oswaldo Henrique Paiva Ribeiro, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha Ltda.; Ruy Barreto, Diretor-Presidente da Café Solúvel Brasília S.A.; Joaquim Libânio Ferreira Leite, Superintendente de Mercado Externo da COOXUPÉ; Américo Sato, Investidor e Diretor do CBBS - Central de Blindagens; Wilson Borges, corretor de café.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 23/10/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, com convidados mencionados em pauta, o Projeto de Lei nº 689/2003, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a

política estadual de incentivo à pesquisa e a preparação e a utilização de produtos fitoterápicos, a requerimento do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 22/10/2003, destinadas, ambas: I - à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Requerimentos nºs 908/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita informações ao Comandante-Geral da PMMG sobre a sindicância aberta para apurar denúncia contra os policiais militares Cabos Ferraz e Fábio, que servem no Município de Ewbank da Câmara; 915/2003, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Ouvidor da Polícia do Estado o envio a esta Casa de cópia do último relatório sobre desvio de conduta de policiais; 931/2003, do Deputado Fábio Avelar, em que solicita informações ao Presidente da COPASA sobre os municípios em débito com a Companhia e sobre os municípios que negociaram os respectivos débitos e em que bases, bem como o envio a esta Casa de cópia dos contratos celebrados com cada município; 944/2003, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita ao Subsecretário de Assuntos Municipais da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana o envio a esta Casa do plano de reorganização e revitalização das agências do Posto de Serviço Integrado Urbano - PSIU - no Estado e, em especial, do de Coronel Fabriciano, bem como os programas a serem implementados nos referidos órgãos; 946/2003, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente o envio a esta Casa dos documentos relativos ao licenciamento ambiental de Capim Branco I e II, especialmente o parecer técnico contrário à construção dos barramentos e à decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental que deliberou sobre tal licenciamento; e 947/2003, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Secretário de Defesa Social informações sobre o déficit de vagas no sistema prisional e sobre a necessidade de pessoal para exercício de atividade policial nas Polícias Civil e Militar do Estado; e indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Professor Luiz Guilherme Alves da Silva para membro do Conselho Estadual de Educação; e, 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2003, do Governador do Estado, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis; e dos Projetos de Lei nºs 143/2003, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre o serviço disque denúncia de agressões ao meio ambiente no território do Estado; 174/2003, do Deputado Ricardo Duarte, que dispõe sobre a informação e a orientação relativas à legislação, ao sistema e aos procedimentos para transplante de órgãos a serem prestadas aos pacientes e seus familiares; 304/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que altera o artigo 5º, inciso II, da Lei nº 11.396, de 6/1/94, que cria o Fundo de Fomento Sócio-Econômico do Estado de Minas Gerais - FUNDESE -, e dá outras providências; 361/2003, do Deputado Bilac Pinto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização nas rodovias estaduais; 481/2003, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Maravilhas o imóvel que especifica; 568/2003, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Azul o imóvel que especifica; 738/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar os imóveis que especifica com a CEMIG; 739/2003, do Governador do Estado, que dá a denominação de Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia; 740/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goianá o imóvel que especifica; 741/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter à Sociedade de São Vicente de Paulo, no Município de Frutal, o imóvel que especifica; 752/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, que proíbe a compra e revenda, por estabelecimento comercial, de farinha de trigo com adição de mandioca ou derivados; 836/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lima Duarte o imóvel que especifica; e 854/2003, do Deputado Doutor Ronaldo, que dispõe sobre a inclusão de cláusula contendo a obrigatoriedade da reserva de espaço para publicidade no interior dos ônibus intermunicipais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de outubro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Antônio Carlos Andrada, Márcio Passos e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/10/2003, às 11 horas, no Plenarinho II, com a finalidade de apreciar o parecer do relator e tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2003.

Antônio Julio, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

87ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 15/10/2003

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, mineiros que nos vêem pela TV Assembléia, em 16 de outubro nascia, há um século, o ilustre parlamentar mineiro, José Esteves Rodrigues. Casado com D. Ana Lopes Esteves, teve três filhos: Maria Liça Esteves de Souza, Terezinha Esteves Pena e Aderbal Esteves.

Natural de Sete Lagoas, viveu sua adolescência em Belo Horizonte e, depois, foi para Juiz de Fora, onde se formou como agrimensor. Seu contato com o Norte de Minas começou com sua profissão de representante comercial, pois viajava incessantemente pela região.

Em uma dessas viagens, conheceu D. Nenzinha, que se tornou esposa daquele que seria um grande defensor do Norte de Minas e de sua inclusão na SUDENE. Casado, radicou-se em Montes Claros. Estudou Direito em Niterói e voltou para Montes Claros, onde lecionava e advogava. Em 1931, tornou-se Vice-Presidente do Diretório do Partido Republicano Mineiro, elegendo-se Vereador em 1936. Em 1945, assumiu a cadeira de Deputado Federal e repetiu vários mandatos até 1961, quando se afastou da liderança política, por motivos de saúde. Como parlamentar, foi Secretário de Viação e Obras Públicas do Governador Juscelino Kubitschek.

Foi ele quem abriu o primeiro comércio pela criação da PETROBRAS, hoje uma pujante empresa brasileira. Sempre nacionalista, sua ação parlamentar e política orientava-se na defesa dos interesses nacionais. Participou da Comissão para Mudança da Capital, que culminou com a construção de Brasília. Lutou incansavelmente pelo prolongamento da BR-135, de Belo Horizonte até a Bahia, passando por Montes Claros.

Sua luta mais destacada foi pela inclusão do Norte de Minas na SUDENE, a contragosto dos Estados nordestinos, que tudo faziam para evitar sua vitória.

Hoje, o legado político do Deputado Esteves Rodrigues espalha-se por toda Montes Claros, onde é homenageado em nomes de avenida, de escolas, de salas e de logradouros públicos. Assim também o homenagearam municípios como Botumirim, Janaúba, entre outros.

Era um homem sério e um político probo. Quando Secretário de Juscelino Kubitschek no Governo de Minas, encarregado de adquirir intensa lista de máquinas e equipamentos, foi procurado por representante de uma multinacional norte-americana, que lhe ofereceu vantagens pessoais, caso adquirisse o referido equipamento dessa multinacional. Irado, colocou o representante para fora de sua sala. Os equipamentos foram adquiridos na Europa, pela metade do preço.

No final de sua vida, o Deputado Esteves Rodrigues sempre se emocionava quando, indo de Belo Horizonte a Montes Claros, passava pela ponte sobre o rio das Velhas. Ali, pedia que o motorista parasse o carro, descia e atravessava a pé para o outro lado, apreciando o rio que corria manso e lento sob a ponte.

Aquela estrada tinha sido sua principal obra. Aquela ponte ligava o Norte de Minas, abandonado e esquecido, ao sertão das Gerais, com todo o encanto do agreste, seus desafios e suas adormecidas potencialidades.

Ao comemorarmos o centenário de nascimento do Deputado Esteves Rodrigues, enalteçamos seu espírito nacionalista, sua luta pela integração de toda a nossa região às demais do Estado, sua incansável defesa pela inclusão da região na SUDENE e seu espírito de homem correto, honesto e trabalhador.

A seus familiares, prestamos nossa homenagem por guardarem vivas as lembranças daquele que efetivamente foi um homem especial, um avô exemplar, um pai terno e um advogado das causas justas, o parlamentar que primeiro lutou pela nossa região, por sua inclusão geopolítica no contexto do Estado, na luta pela convivência com o drama da seca.

Ao construtor da BR-135 - artéria que liga as Gerais à região das minas, homem de visão, precursor do Grande Norte, região que queremos, como ele, desenvolvida, rica, promissora, que transmitiu para Esteves Rodrigues sua esperança e sua certeza de que Minas Gerais precisa ser mais justa com seus filhos do Norte - e à sua família rendemos, nós, do Norte de Minas, as nossas homenagens por tanto carinho, trabalho, dedicação e por tanto acreditar no nosso Norte de Minas.

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, prezados colegas, telespectadores da TV Assembléia, hoje é um dia muito importante para todos aqueles que se preocupam com o futuro das próximas gerações: comemoramos o Dia do Professor.

Muitas são as palavras elogiosas dirigidas aos educadores, fruto do reconhecimento e da importância que os mesmos exercem em nossas vidas e na construção de uma sociedade. Definir o profissional de educação é uma das tarefas mais difíceis, pela complexidade e importância dessa tarefa em uma época em que o charme da modernidade mascara uma sociedade cada vez mais injusta, e onde os princípios éticos tornam-se secundários diante da competitividade mercadológica. Por essa razão, recorro ao mestre Paulo Freire, que definia a profissão de educador como "um ato de coragem, de esperança e de amor", definição a cada dia mais atual, a partir da qual poderíamos discorrer sobre temas variados e de grande importância. Porém, acredito que a data de hoje deve ser para os educadores, governantes e para nós, legisladores, momento de grande reflexão.

Os jornais de Minas Gerais, em edições de ontem, chamam-nos a atenção para "dados vergonhosos", assim qualificados pelo jornal "Estado de Minas". Na verdade, Sr. Presidente e nobres colegas, o analfabetismo campeia o nosso Estado de norte a sul e de leste a oeste. Um entre quatro mineiros acima de 15 anos é analfabeto funcional, ou seja, possui menos de quatro anos de estudo, o que perfaz um total de 3.452.065 analfabetos. Só agora, no início do terceiro milênio, teremos energia elétrica em todas as escolas de Minas, com o projeto anunciado pelo Governador Aécio Neves, Luz no Saber, que tem a expectativa de beneficiar 35 mil alunos, 80% desses nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha e Norte de Minas.

O tema educação é por demais complexo e importante e merece de nossa parte toda a atenção. Porém, quero concentrar meu pronunciamento na parcela mais importante da educação; quero chamar a atenção para a situação dos professores da rede pública de ensino do Estado. Muito se tem falado, nesses últimos anos, sobre a valorização dos profissionais de educação. Entra governo, sai governo, e muito se discute. No entanto, em termos práticos, pouco se fez para valorizar os educadores do nosso Estado. O plano de carreira para os profissionais de educação continua a ser desafio para corrigir distorções e atender às justas reivindicações da classe.

Os números que há pouco citei, tão difundidos pela imprensa mineira, chamam-nos a reflexão corajosa. Se queremos alterá-los, se queremos uma Minas melhor e mais humana, vamos unir forças para alcançar salários justos para os profissionais da educação, lutar por condições dignas de trabalho e capacitar, de acordo com as necessidades atuais, esses profissionais, que são, acima de tudo, os agentes da mudança e da mentalidade civil da nossa época. Sei que as dificuldades são muitas. O Estado passa pela sua maior crise econômica e financeira; a realidade, porém, é por demais dura, para ficarmos esperando passivamente por melhoras, e, só então, buscar soluções.

Na sua campanha, quando aqui esteve, no auditório do MinasCentro, o Presidente Lula disse: "Temos de mudar este País, e, para tanto, em um primeiro momento faremos as mudanças que forem possíveis para, depois, alcançarmos as que queremos; e, com certeza, em futuro bem próximo, estaremos realizando aquelas que pareciam ser impossíveis". São sábias palavras, de que não me esquecerei jamais. E é inspirado nos ensinamentos do Presidente, na data comemorativa do Dia do Professor, que conclamo os diversos segmentos políticos que compõem esta Casa, juntamente com o Executivo e os representantes da classe, a mudar a história da educação mineira. Vamos, de maneira corajosa e desprendida, dar à sociedade mineira um norte para a nossa educação, valorizando os professores, bem como os trabalhadores da rede pública de ensino, para que, em um futuro bem próximo, tenhamos erradicado o analfabetismo em nosso Estado, capacitando nossos cidadãos para participarem efetivamente na construção de uma sociedade democrática mais justa e humana.

Sr. Presidente, para encerrar, lembro que hoje também comemoramos o Dia do Comerciante, profissão tão importante no nosso sistema econômico, responsável que é pela mudança da posse de um bem, fazendo girar a nossa economia. Economia esta que, apesar de visivelmente combatida, tem recebido vital contribuição dessa classe para não sucumbir frente aos altos e baixos da frágil economia mundial.

Como Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio desta Casa, não poderia deixar de registrar o nosso reconhecimento aos comerciantes de Minas Gerais.

E não incorro em erro ao afirmar que, sem esse importante segmento profissional, parte constante da Comissão que ora presido, turismo e indústria teriam a sua importância reduzida, quando não indubitavelmente comprometida. A todos, o meu sincero agradecimento.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sr. Deputados, telespectadores, gostaria de abordar um assunto que consta da pauta legislativa deste final de ano. Por ser um tema importante e polêmico, esta Casa tem a obrigação - e assim está fazendo - de ampliar seu diálogo com a sociedade organizada. Trata-se da questão da instituição das OSCIPs no âmbito do Estado.

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 8/2003, do Deputado Leonardo Quintão. Em linhas gerais, traz para Minas as diretrizes, as normas que hoje são válidas no território nacional, por meio da Lei nº 9.790/99, que instituiu as OSCIPs no âmbito nacional.

A proposta de OSCIP, antecedida no âmbito federal pela proposta de organizações sociais, no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, insere-se numa visão de Estado articulada em torno de um Plano Diretor de reforma do Estado, apresentado por volta do ano de 1995, pelo então Ministro Bresser Pereira, no primeiro Governo Fernando Henrique.

O papel do Governo, em algumas atividades - como arrecadação, fiscalização e segurança -, concebia algumas ações concorrentes entre Estado e mercado e Estado e sociedade civil, principalmente no âmbito das políticas sociais, como cultura, educação, saúde, ciência e tecnologia e assistência, além de algumas atividades passíveis de ser integralmente transferidas para a iniciativa privada, por meio das privatizações, como energia, telecomunicações, boa parte do sistema financeiro e infra-estrutura em geral.

No caso da ação concorrente, o Governo Fernando Henrique valeu-se de dois instrumentos. O primeiro - nefasto -, as Organizações Sociais. A Lei nº 9.637, de 15/5/98, previa a absorção, a transformação de unidades administrativas do Governo Federal em organizações de direito privado sem fins lucrativos, com direito ao recebimento de valores financeiros de pessoal, cessão de imóveis e bens materiais: as Organizações Sociais - OS -, cujo objetivo central foi a educação. Foram bastante questionadas. Houve muita polêmica, inclusive com medidas judiciais impetradas pelo movimento social organizado.

No âmbito de outras políticas, mais voltadas para a assistência social, o Governo criou, com formulação advinda do programa Comunidade Solidária, as OSCIPs, cuja característica de ação é complementar ao Estado e não substitutiva, como as OSs. As OSCIPs seriam também organizações de direito privado sem fins lucrativos, que estabeleceriam termos de parceria com o Governo para a consecução de atividades e serviços de educação, saúde, assistência, cultura, meio ambiente, defesa da ética, da paz, dos direitos humanos, de agências de microcrédito, enfim, abrangendo uma gama extensa de atividades e serviços prestados pelo Estado.

A partir de 1998 e 1999, temos duas leis federais: uma que rege as OSs e outra que rege as OSCIPs. Na legislatura passada, houve propostas de regulamentação, no plano estadual, dos projetos que tratavam das OSCIPs e das OSs. Agora, nesta legislatura, foi apresentado o Projeto de Lei nº 8.203, de autoria do Deputado Leonardo Quintão. A Comissão de Constituição e Justiça, após analisá-lo, apresentou substitutivo. Em função disso, o projeto ficou bastante assemelhado à Lei Federal nº 9.790/99, que regulamenta as OSCIPs no plano federal.

Não vamos entrar no mérito - e a discussão é polêmica - sobre o mal ou o bem causados pelas OSCIPs no âmbito das políticas públicas. Tenho visão bastante formada sobre as OSs, que, como disse, são instrumentos de privatização, de terceirização de políticas públicas, principalmente no caso da saúde. São unidades do Estado, do poder público, transformadas em OSs. As OSCIPs acabam tendo uma ação complementar.

No caso das OSCIPs, elas acabam tendo ação complementar. Evidentemente, se a orientação ideológica do Governo for de Estado mínimo, essas OSCIPs podem ter, além desse caráter complementar, o de substituição das ações do poder público.

Gostaria de alertar V. Exas., com todo o respeito pelos parlamentares e pela Comissão de Administração Pública, para o fato de que o Substitutivo nº 2 ao projeto de lei do Deputado Leonardo Quintão é perigoso para as políticas públicas, porque introduz determinados artigos que transformam a proposta original em projeto híbrido, com características de OSCIPs e de organizações sociais, ao prever a equiparação dessas duas, a absorção de unidades e de tarefas já realizadas pelo Estado e a cessão de servidor público e ao não prever mecanismos claros de licitação ou de processos públicos de acesso a essa qualificação e a esse termo de parceria. Trata-se de uma espécie de projeto transgênico, pois é meio OSCIP, meio organização social. Alerto o Deputado Leonardo Quintão para essa questão, que, de certa maneira, deforma a intenção original do autor, de regulamentar, no âmbito estadual, as OSCIPs. Para não dizer que esse substitutivo não avança, do ponto de vista de processos de controle social por parte dos conselhos de políticas públicas, apresenta algumas melhorias.

Afirmamos, com todas as letras, que essa não é apenas a nossa posição e a do bloco, mas a de conselheiros estaduais da assistência social, de conselheiros estaduais da saúde, de técnicos e especialistas. A forma como o Substitutivo nº 2 está proposto abre espaço para a privatização, a precarização, a terceirização e o desmonte das políticas públicas sociais de Minas Gerais, em especial nas áreas da saúde e da assistência social.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado André Quintão, cumprimento V. Exa. Sei do seu estudo aprofundado sobre esse assunto. Cumprimento também a Deputada Marília Campos, que também tem analisado detalhadamente as OSCIPs. Hoje ouvimos discussão importante sobre o PPP, percebemos a situação do Governo Federal e as diferenças apresentadas no projeto estadual. Este momento é fundamental para que a sociedade brasileira não seja prejudicada, e sim beneficiada. Somente com rigoroso controle social e com acompanhamento desse processo pelas entidades envolvidas esses projetos, se aprovados, não trarão perdas à sociedade. V. Exa. já disse muito bem quais são nossas discordâncias quanto às OSCIPs e às OSs. Peço licença para abrir um parêntese. Se o nosso Líder, Deputado Rogério Correia, me permite, quero cumprimentar, não apenas em meu nome, mas em nome do Bloco PT-PCdoB, todos os professores do Estado pelo seu dia, 15 de outubro. Desejamos que o Governo Federal, assim como os Governos Estaduais e Municipais, possam realmente investir na educação.

No Japão tivemos o exemplo do pós-guerra, quando somente investindo mais de 52% na educação houve a reconstrução. Educação não é custo, não é gasto, é investimento. É preciso defender a educação pública de qualidade, gratuita, desde o ensino infantil até a universidade. Desejo que todo o professorado possa viver dias em que a educação seja prioridade neste País. Cumprimento, especialmente, o Sind-UTE, todos os seus Diretores, militantes e filiados, e deixo o nosso compromisso de estarmos juntos nessa caminhada. Esta Casa não poderia deixar de registrar, neste dia, a importância da educação e dos educadores para o povo mineiro e brasileiro. Obrigada.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)* - Louvo sua fala. Acredito que o momento é propício para retomar a discussão sobre o projeto das OSCIPs. Meu gabinete está aberto para discutirmos novas melhorias para o projeto. Estamos debatendo essa matéria há algum tempo e chegamos ao Substitutivo nº 2. V. Exa. pode contar com o nosso apoio, a participação de toda a Bancada do PT e a do PCdoB, para aprimorá-lo. Essa matéria, de interesse público, inovadora, vem divulgar o trabalho conjunto entre terceiro setor e setor público. Esse é o meu interesse, aprimorar as áreas de cultura, preservação do patrimônio histórico, educação etc., junto com o terceiro setor. O setor público necessita do interesse do Governo para trabalhar em certas áreas. O terceiro setor tem muito a contribuir com o setor público. O Governador Aécio Neves mostrou total interesse de fazer essa coalizão, aprendendo com o terceiro setor, aplicando verbas que o setor público, muitas vezes, tem dificuldade de aplicar, devido à burocracia. Nunca entrei com projeto nesta Casa para privatizar nenhuma área. Mas creio ser necessário debater e fechar todas as brechas, deixar tudo bem claro para os conselhos e o Ministério Público, que já está convencido e já outorgou seu apoio para que os conselhos possam fiscalizar e participar dos processos, e também os sindicatos. Estarei pronto para o debate e a melhoria desse projeto.

Tenho certeza, Deputado André Quintão, de que chegaremos a um consenso e, quando votarmos esse projeto, obteremos a totalidade dos votos a favor. Conto com V. Exa e com o Bloco PT-PCdoB para discutir e esclarecer todas as dúvidas. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Deputado Leonardo Quintão. O Bloco PT-PCdoB continua aberto ao diálogo. Agora temos de tomar uma decisão política: queremos discutir OSCIPs ou OSs. Há grande diferença. Não admitimos absorção de unidade, que é característica de organização social e aponta para a privatização.

No caso das OSCIPs, temos de introduzir elementos de controle social por parte dos respectivos conselhos e discutir a divulgação dos processos. Não queremos o acesso facilitado ou mediado, sem a divulgação da verba pública.

Acredito que o Substitutivo nº 2 não atende esse objetivo. O projeto irá para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e esperamos que lá, com realização de audiências públicas, continuemos o debate. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, assessores e público; quero nesta tarde, 15 de outubro - e não poderia ser diferente -, usar esta tribuna, como já fez o ilustre Deputado Paulo Cesar, para renovar as homenagens aos professores do Estado.

Hoje comemoramos o Dia do Professor - esse professor determinado, inteligente, paciente, respeitoso, obediente, esperançoso e cumpridor de suas obrigações. Muitas vezes ele é mal entendido e mal valorizado. Há uns 60 dias - não faz muito tempo - este Plenário recebia professores das mais variadas regiões do Estado, buscando apoio desta Casa para a reforma administrativa proposta pelo Governador Aécio Neves. O celeuma da questão e a espinha dorsal do questionamento era o compromisso do nosso Governador em apresentar aos professores o plano de carreira e salários nesta Casa.

Nesta tarde cobrarei, com vigor, atitude das entidades e de todas as pessoas imbuídas na luta em favor da qualidade e da excelência da educação em Minas, para que possamos, por meio dos Líderes dos partidos, discutir a situação com transparência e respeito, pois os professores já aguardam por longo tempo.

Vários Governadores já se passaram. Há mais de sete anos, os professores aguardam, com paciência e respeito, o posicionamento do Governo Estadual. Faço coro com as palavras do Governador, que tem compromisso sério voltado à educação de Minas, à valorização do servidor. Como membro da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, reafirmo o compromisso com os professores, para que o plano de carreira e de salários seja debatido de forma justa, transparente, garantindo-lhes os direitos.

Há, neste Plenário, educadores de diversas áreas, e presto homenagem especial à Deputada Maria José Hauelsen, Diretora de escola de Teófilo Ottoni. Mestre e professora, sempre demonstrou sensibilidade para o aprendizado; e, como sementeira da educação, do brilho de sua inteligência e honradez, trouxe ensinamentos a esta Casa. Rendo também homenagens às superintendências de ensino, elo maior da Secretaria da Educação, verdadeiras guardiãs da educação. Sabemos o quão importante é a educação em nosso País. Para prevalecer a valorização da qualidade do profissional, é necessário resgatar o espírito de valorização de cada professor.

Na semana passada, assistimos aos alunos de escola rural percorrerem muitos quilômetros para buscar ensinamentos. E, nesta semana, pelo Globo, estamos acompanhando homenagem especial aos educadores e os primeiros momentos das escolas construídas no Brasil.

O papel da verdadeira professora é de resgatar a criança, garantindo-lhe futuro próspero e altivo.

Nos seus ensinamentos, Cora Coralina afirma que é feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. Esse é o maior ensinamento de uma verdadeira mestra. Quer dizer, é o processo da educação, do conhecimento e de resgatar sempre o sentimento das crianças na sua valorização dentro da comunidade.

Em nome de nossa Comissão e dos pares desta Casa, reafirmo o compromisso com as professoras de Minas Gerais. Certamente, pelo espírito determinado, correto, transparente e ético do nosso Governador, brevemente o plano de carreira será aprovado, incluindo o piso salarial e as resoluções que o professorado aguarda há muito tempo.

Não posso deixar de expressar a nossa homenagem à Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária da Educação. Durante os primeiros meses de governo, por sua determinação e vontade e pela competência de sua equipe, procura atender e priorizar todas as escolas do Estado. Sabemos das dificuldades por que passa o Estado. Porém, não podemos negar que a Secretaria da Educação viabilizou recursos para quase todas as regiões mineiras, a fim de reformar o mobiliário escolar e a rede física. Além disso, tornou disponíveis recursos para o FUNDEF e para a merenda escolar. Assim sendo, houve um verdadeiro sincronismo em homenagem à educação de Minas Gerais.

Certamente chegaremos ao patamar e à constelação de valores de primeira grandeza, que fazem parte da educação de Minas para o Brasil. Nas escolas públicas, os alunos concentram-se, participam e comungam do mesmo ideal. Acima de tudo, o valor da escola pública tem sido reconhecido devido à capacidade dos professores, dos alunos e dos que a dirigem.

O sentimento dos Deputados desta Casa é justo, correto, de agradecimento e de gratidão aos professores do Estado. Num futuro breve, ou seja, ainda este ano, certamente construiremos o projeto de plano de carreira e de salários pelo qual esperamos há tantos anos.

Sr. Presidente, com essas considerações, demonstro um sentimento maior. A minha velha e querida mãe é aposentada como ex-Diretora de uma escola estadual da minha Ouro Fino. Isso é um prazer. Pelo seu semblante, ao longo dos seus 85 anos, vi a sua dedicação extraordinária e exclusiva à educação da minha terra e da minha região. É tão importante este momento que vivencio. Este dia que comemoramos talvez seja ímpar. Se fizermos uma reflexão, vamos voltar aos nossos antepassados, que ajudaram a construir a nossa vida de cidadania, a nossa vida familiar e política. Todos temos obrigação especial para com os nossos professores. O primeiro professor, principalmente, torna-se inesquecível no sentimento de cada um. A nossa vida é uma verdadeira escola. Aqui aprendemos constantemente, mas, graças a esse espírito dos nossos professores, podemos continuar. Recebemos essa bênção extraordinária de cada um deles. Não poderia ser de outra forma. Quero abraçar todos os professores do Estado de Minas Gerais, na certeza de que sempre teremos um gesto de admiração, de gratidão e de respeito por tudo que fizeram e farão em prol do nosso desenvolvimento. Feliz Dia dos Professores a todos eles. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, inicialmente, unir-me ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva na homenagem aos professores. De fato, é indiscutível o papel que assumem. Notadamente, eles não recebem o devido reconhecimento do ponto de vista material, embora haja consenso sobre o que seria de todos nós se não fosse o esforço destes abnegados, destes que acreditam na construção de uma sociedade mais justa e fraterna a partir da educação. Devemos muito a todos os professores de Minas Gerais. Acredito que, mais que

homenageá-los com nossas palavras, devemos estar unidos ao Governador Aécio Neves para que se dê um tratamento mais justo e prioritário à educação em Minas Gerais. Sabemos que esse é o compromisso do Governador. Temos a convicção de que ainda este ano receberemos nesta Casa o plano de carreira dos servidores públicos estaduais, em especial o da educação. Acreditamos que essa é a homenagem justa que os professores precisam receber de todos nós. Estaremos atentos não apenas para cobrar, mas para construir um modelo mais adequado e justo, que valorize o profissional não apenas na questão salarial. Sabemos que seria demagogia prometer uma correção imediata dos salários defasados historicamente em todas as administrações. É preciso tratar da questão profissional, levando-se em conta salários, uma condição mais digna de aposentadoria e de ambiente de trabalho. Vemos hoje que o ambiente de trabalho da educação tem sido palco de violência, com professores expostos a situações de risco para a saúde. Os ambientes são insalubres por falta de manutenção adequada. É necessário que essa prioridade tome forma e aconteça por meio de investimentos e de um plano de carreira.

Infelizmente, os profissionais da educação não são devidamente valorizados, e aquilo que lhes é de direito freqüentemente é negado. V. Exa., Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que é um grande jurista e tem um trabalho brilhante na área jurídica, sabe que muitas vezes os professores se deparam com situações absurdas. Por exemplo, têm direitos líquidos e certos a receber, que ganham um codinome absurdo de verba retida, e não recebem. No campo do direito, esses recursos são tratados como salário, para alimentação do ser humano, para uma vida digna.

No entanto, o pagamento desses recursos é infinitamente postergado, como se o professor estivesse mendigando o que lhe é de direito. Algumas vezes, os profissionais da educação dizem aos que recorrem à superintendência: "Só poderá receber se estiver à beira da morte, com uma doença incurável". Essa situação é inaceitável e não condiz com o perfil do Governador que temos, homem sério, íntegro, que veio colocar Minas em um tempo novo.

Claro que sabemos que não se faz isso da noite para o dia, mas é preciso ter planejamento adequado para que o que é direito do trabalhador seja respeitado. O mesmo se pode falar em relação à aposentadoria, que, muitas vezes, vira um verdadeiro calvário com a espera da decisão. Há inúmeros processos de pensões junto ao IPSEMG que já foram sentenciados, mas ainda continuam sem definição de pagamento. É preciso dar tratamento prioritário a essas questões.

Minas precisa de obras, de estradas boas e de vários investimentos, mas precisa também tratar com dignidade o seu servidor, os professores, os funcionários da área da educação, principalmente respeitando os direitos que têm.

Há distorções absurdas. Por exemplo, quando uma professora passa a ser Diretora de escola, tem um prejuízo na contagem de tempo para se aposentar. É uma incoerência inadmissível. Acredito que um plano de carreira sério respeitará o esforço daqueles que estão dirigindo uma comunidade educacional, árdua tarefa, e corrigirá a situação. No entanto, parece que eles estão sendo objeto de uma espécie de punição, ao invés de serem premiados.

Nesta oportunidade, quero me referir a algumas ações que temos procurado desempenhar em benefício do nosso Centro-Oeste mineiro, região que considero minha terra natal. Sou natural de São Tiago, mas fui adotado como cidadão de Divinópolis. Quem é cidadão de Divinópolis é cidadão do Centro-Oeste mineiro e de todas as Minas Gerais. A nossa querida Divinópolis é uma cidade cosmopolita, e todos que ali chegam por ela se apaixonam e passam a ser adotados como seus filhos, como aconteceu comigo.

É claro que queremos trabalhar e ver essa região se desenvolver. Uma questão fundamental é a questão rodoviária. Temos gargalos para esse desenvolvimento que começam na saída da BR-262, em direção ao Triângulo Mineiro e ao Centro-Oeste. Hoje, é um verdadeiro corredor da morte. No trecho entre de Betim e Juatuba, são centenas de acidentes todos os meses. Vários, ceifando vidas. É imprescindível a duplicação desse trecho da rodovia pelo menos até Bom Despacho, numa primeira etapa.

Na Comissão de Transporte e na Comissão que presido, ao lado dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Piau, Fábio Avelar e João Moraes, já aprovamos requerimento para a realização de audiência pública em Bom Despacho. Esperamos realizá-la, no início do mês, tão logo o Ministro Anderson Adauto possa definir sua agenda.

Também queremos realizar neste mês, possivelmente no dia 27, segunda-feira, uma audiência em Divinópolis, para discutir a duplicação da MG-050, uma das principais rodovias mineiras e, com certeza, uma das que apresentam o maior volume de tráfego, sendo fundamental para o desenvolvimento de todo o Centro-Oeste mineiro. Já há, por parte do Secretário do Desenvolvimento Econômico, Dr. Brumer, a compreensão da importância dessa obra, e o Secretário Agostinho Patrús já manifestou sua disposição de somar-se a nós nesse propósito.

No dia 22, estarei com o Governador Aécio Neves, para falar desse assunto e de outros do interesse de Divinópolis, como, por exemplo, a correção de uma injustiça. O Governo passado estabeleceu macrorregiões para o planejamento da saúde e colocou o Centro-Oeste mineiro na macrorregião de Belo Horizonte. Todos temos um carinho enorme por esta cidade, que é a Capital de todos os mineiros, mas não é justo dizer que todos os cidadãos que estão no Centro-Oeste, cerca de 1,5 milhão de habitantes, devem reportar-se a Belo Horizonte para suas necessidades de saúde. Isso é cegueira administrativa e, infelizmente, ocorreu na administração passada, quando não tínhamos no Plenário um representante natural de Divinópolis, cidade-pólo que acabou não sendo atendida no último programa do Governo, o PROHOSP, responsável pela distribuição de recursos para as macrorregiões de saúde.

Já tivemos a notícia de que o pedido que fiz ao Governador e ao Secretário da Saúde será atendido: o Centro-Oeste mineiro passará a ser macrorregião de planejamento de saúde, e Divinópolis, uma cidade-pólo. Agora, teremos que travar uma luta para que Santo Antônio do Monte, Bom Despacho, Lagoa da Prata, Oliveira e tantas outras cidades sejam micropolos, pois têm hospitais ou Santas Casas e precisam de apoio do Governo do Estado, para evitar que tudo se concentre em Belo Horizonte. Esse é o caso do hospital de Moema; de Iguatama, na área de oftalmologia; da área de queimados e do Centro de Saúde da Mulher de Santo Antônio do Monte, que faz um trabalho belíssimo; e da Santa Casa de Bom Despacho, cujos profissionais realizam trabalho abnegado, liderados pelo Dr. Bertolino e outros, fazendo daquela unidade um centro de referência, na medida em que tem parceria com a Faculdade de Ciências Médicas. Portanto, é uma região enorme, que precisa do apoio do Governador e tê-lo-á.

No próximo dia 22, estaremos com ele e verificaremos a possibilidade de formação de convênios, ainda este ano, para o Hospital São João de Deus, em Divinópolis, na condição de macropolo, a exemplo dos convênios do PROHOSP, celebrados com várias regiões do Estado. Como Deputado da região, estamos procurando recuperar esse espaço perdido por Divinópolis e pelo Centro-Oeste mineiro no Governo passado.

Ainda falando de Divinópolis, parabeno seu povo e, em especial, a Rede Católica de Rádio. Temos a alegria de ter, na cidade, a Rádio Divinópolis e a Rádio Candidés, duas emissoras que levam cultura, entretenimento e, principalmente, educação espiritual ao povo, por meio da palavra sagrada. Elas propiciam conforto aos que precisam de ânimo para enfrentar os problemas do dia-a-dia. Essas duas emissoras, há algumas décadas, vêm contribuindo para o desenvolvimento de toda a região. Parabéns à Rádio Divinópolis, à Rádio Candidés e à Rede Católica de Rádio, pelo brilhante trabalho que fazem em todo o Brasil e, em particular, no Centro-Oeste mineiro.

Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um comentário sobre a fala do Deputado André Quintão, a quem respeito muito e com quem comungo as preocupações de cunho social.

Digo ao Deputado, com muita segurança: para que haja desenvolvimento das ações do Estado em parceria com as entidades não governamentais, principalmente com as de natureza social, é fundamental que aprovemos esse projeto de lei que trata das OSCIPs. Tivemos a oportunidade de apresentar emendas, com várias medidas de controle social, contando com o papel do Conselho Estadual de Educação, do Conselho Estadual de Saúde, do Conselho Estadual de Assistência Social no controle dos recursos públicos destinados a OSCIPs, inserindo a Promotoria Pública nessa tarefa. Procuramos definir regras claras para o credenciamento dessas instituições e estabelecer critérios para o Estado celebrar contratos com essas instituições que venham a ser criadas.

O projeto é fundamental, extremamente avançado e bem melhor que o que existe no nível federal. O Estado já celebra convênios, na prática, cedendo servidores, por exemplo, para APAEs, e imóveis para entidades filantrópicas. Mas essa relação tem sido tímida e precária. É preciso firmarmos parceria mais arrojada, para que o Estado auxilie melhor as instituições, como as APAEs. É fundamental que o Estado seja parceiro das entidades filantrópicas, porque apresentam a figura do voluntário, que trabalha por uma sociedade melhor, sem visar a interesse de lucro. Então, o dinheiro público rende mais.

Portanto, esse projeto contribuirá para que o Estado descentralize suas ações sociais e para que seja mais eficiente na utilização do dinheiro público, sem precisar privatizar a saúde e as ações da educação, que são da competência do próprio Estado, mas sendo parceiro das instituições de interesse público que desejem trabalhar na área social. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Não mudei meu modo de pensar a respeito do modelo do Tribunal de Contas, que precisa de aperfeiçoamento. É preciso dar ao Tribunal o que tem como missão, e ao Poder Legislativo um instrumento eficaz na competência fiscalizadora.

Fui procurado por nosso colega, brilhante parlamentar, hoje presidindo o Tribunal de Contas, o Conselheiro Simão Pedro Toledo, pessoa digna e honrada, a quem aprendemos a respeitar. Informou-me que a mídia noticiou que o Deputado Chico Simões, há duas ou três semanas, usou a tribuna para falar a respeito dos Procuradores que o Ministério Público mantinha no Tribunal de Contas e que, por questão legal, isso teve de ser alterado.

O Supremo Tribunal Federal entende que os Procuradores que atuam no Tribunal de Contas devem fazer concurso público. A mensagem para a criação dos cargos por concurso público já chegou à Assembléia Legislativa. Votaremos para a criação. Será aberto concurso público, e as vagas serão compostas.

O Governador Aécio Neves, cumprindo a legislação, designou Procuradores temporários, até que a lei seja aprovada por esta Casa e o concurso público seja realizado e aprovado. Segundo informações, o Ministério Público foi acusado desta tribuna, porque o Tribunal de Contas estaria desrespeitando a legislação.

Tenho em mãos ofício encaminhado pelo Dr. José Pontes Júnior, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico do Ministério Público de Minas Gerais, datado de 7/10/2003, ao Conselheiro Simão Pedro Toledo, Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais, nos seguintes termos. (- Lê:)

"Sr. Conselheiro-Presidente, com meus cumprimentos, encaminho ao conhecimento de V. Exa. cópia do parecer exarado pelo Promotor de Justiça Assessor Especial, Dr. João Medeiros Silva Neto, em procedimento instaurado na Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público, referente ao ato de nomeação para o cargo de Procurador-Chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Sendo o que se me apresenta no momento, subscrevo-me com protestos de estima e elevada consideração."

O parecer exarado pelo Dr. João Medeiros Silva Neto diz: (- Lê:)

"Trata-se de expediente oriundo da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público, referente ao ato de nomeação, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, de Procurador do Estado para o cargo de Procurador-Chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Entendem os Drs. Eduardo Nepomuceno de Sousa, Carlos André Mariani Bittencourt, Marcial Vieira de Souza e Leonardo Duque Barbabella, combativos Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, que tal nomeação, feita nos termos do art. 14 da Lei nº 6.276/73, seria inválida, visto que esse dispositivo não teria sido recepcionado pelo atual ordenamento constitucional, expressamente revogado, que foi por lei posterior, a de nº 8.222/82, asseverando que a jurisprudência pacífica do STF não admite efeito repristinatório, salvo disposição em contrário, em estrita consonância com a lei de introdução ao Código Civil.

Aduzem, ainda, que há necessidade de lei estadual para regulamentar o provimento de cargos no MP junto ao Tribunal de Contas, e que o art. 130 da Constituição Federal prevê o concurso público de provas ou de provas e títulos como a única forma de investidura na carreira do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Trouxeram a situação ao conhecimento do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, para análise de eventuais providências a serem adotadas em relação ao ato que consideram inválido.

Relatado o necessário, passo a opinar.

O ato praticado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, cuja legalidade é questionada pelos dignos Promotores de Justiça subscritores do despacho de fls. 03-05, é vazado nos seguintes termos:

‘... resolve designar, em caráter precário e transitório, até o provimento definitivo do cargo, José Marcos Rodrigues Vieira, Procurador de Estado de Classe Especial, como Procurador-Chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nos termos do art. 14 da Lei nº 6.276, de 26 de dezembro de 1973.’

O diploma legal em que se fundamentou tal ato, organizava o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e, no Capítulo VI do Título II, definia a estrutura e a atuação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, assim dispondo os seus art. 13 e 14.

‘Art. 13 — O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado compõe-se de uma Procuradoria, exercida por quatro Procuradores, nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 14 — A Chefia do Ministério junto ao Tribunal de Contas será exercida por um Procurador-Chefe, que será nomeado pelo Governador do Estado, em comissão, entre bacharéis em direito, maiores de 30 anos, de reconhecida idoneidade moral e saber jurídico.’

Posteriormente, tal diploma foi revogado pela Lei nº 8.222/82, que, contudo, dispunha em seu art. 132:

‘Art. 132 — Fica mantido o Capítulo VI do Título II da Lei nº 6.276, de 26/12/73, que trata do Procurador-Chefe e dos Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado, até que lei própria organize o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.’

Ou seja, até o advento da Lei Complementar nº 34/94, a Lei nº 8.222/82 disciplinava a estrutura e a organização do "Parquet" mineiro, contemplando também o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas com arcabouço normativo básico, através da ressalva contida no art. 132 da Lei nº 8.222/82.

Já houve então, em Minas Gerais, um Ministério Público com atuação na Corte de Contas, inteiramente distinto do Ministério Público Estadual, muito embora tenham sido, em alguns momentos, regidos pela mesma lei orgânica.

A Constituição mineira, promulgada em 21/9/89, alterou o estado de coisas até então vigente, ao dispor em seu art. 124: 'O Ministério Público, junto do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça Militar, será exercido por Procurador de Justiça integrante do Ministério Público Estadual'.

Passou, assim, o Ministério Público Estadual a acumular as funções de "custos legis" no Tribunal de Contas, deixando de existir um Ministério Público junto à Corte de Contas. Todavia, ao julgar procedente a ADIN nº 2.068-4, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da expressão 'ao Tribunal de Contas e', constante do art. 124 supratranscrito, retirando do Ministério Público Estadual a atribuição para desempenhar aquelas funções. Ante tal quadro, foi expedido o ato tido como inválido, com fundamento no art. 14 da Lei nº 6.276/73.

Ao contrário do que entendem os doutos Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, o art. 14 da Lei nº 6.276/73 não foi revogado pela Lei nº 8.222/82, que, em seu art. 132, expressamente ressalvou a manutenção da vigência do Capítulo VI do Título II da Lei nº 6.276/73, no qual se alberga o art. 14.

Outra questão é saber se o art. 14 da Lei nº 6.276/73, mantido por expressa disposição contida na Lei nº 8.222/82, readquiriu vigência após a declaração de inconstitucionalidade de parte do art. 124 da Constituição Estadual, que havia revogado toda a normativa referente à estruturação e ao funcionamento do MP com atuação no Tribunal de Contas, atribuindo a membros do Ministério Público Estadual as funções antes afetas a outro órgão.

Com a vênia devida aos ilustres subscritores do despacho das folhas 03-05, ou seja, dos Promotores supracitados, não se trata de restauração de vigência da legislação revogada, por ter a lei revogadora perdido a vigência, o que só admite excepcionalmente o art. 2º, § 3º. É sabido que a declaração de inconstitucionalidade possui, de regra, efeito "ex tunc", ou seja, tem o condão de desfazer o ato declarado inconstitucional desde a sua origem, juntamente com todas as conseqüências derivadas. Noutras palavras, é como se a norma inconstitucional nunca tivesse existido, ficando desamparadas as situações jurídicas constituídas sob a sua égide, tornando-se novamente aplicável a legislação anterior, que havia sido revogada.

Em sede de controle concentrado de constitucionalidade, a questão se apresenta sob outro prisma, sendo nota característica, efeito típico da declaração de inconstitucionalidade, a repristinação das normas legais que, à época da promulgação da Constituição, estavam em vigor, e que por ela não foram recepcionadas.

A propósito, observa Alexandre de Moraes, em abordagem direta ao art. 27 da Lei nº 9.868/99, diploma que, "mutatis mutandis", aplica-se ao processo de controle concentrado de constitucionalidade realizado no âmbito dos Tribunais de Justiça: 'Os efeitos repristinatórios decorrem automaticamente da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF; em face da expressão previsão legal, independentemente de previsto no acórdão; assim declarada nula uma lei pelo STF, voltarão à vigência, a partir do momento em que surgiram os efeitos de sua derrogação, as disposições legais que haviam sido por ela derogadas.' (in: 'Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional', ed. Atlas, 2002, p. 2.366.)

Sendo assim, o Capítulo VI do Título II da Lei nº 6.276/73, que, à época da promulgação da Constituição Estadual estava em vigor, por força do disposto no art. 132 da Lei nº 8.222/82, não tendo sido recepcionado por aquela, readquiriu vigência, em virtude dos efeitos repristinatórios da declaração de inconstitucionalidade de parte do art. 124 da Constituição Estadual.

Evidentemente, os dispositivos contidos no Capítulo VI do Título II não foram recepcionados pela Constituição Federal naquilo em que contrariam a regra de investidura - concurso público - e escolha do Procurador-Geral - lista triplíce. No entanto, naquilo que se refere à estrutura administrativa e organizacional, estão vigentes.

Ou seja, há, hoje, em pleno vigor, uma estrutura legal de MP junto ao Tribunal de Contas, repristinada e que não se confunde com a estrutura do Ministério Público Estadual.

Surge, então, a questão referente ao provimento de cargos do MP junto ao Tribunal de Contas, considerando-se que a instituição está nascendo do marco zero, não havendo qualquer membro remanescente de seu antigo quadro.

Numa análise menos aprofundada da situação, estaria completamente afastada a possibilidade de nomeação de Procurador para o exercício das funções características do MP junto à Corte de Contas, nos moldes do provimento questionado pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, até porque, conforme já se consignou, a repristinação da legislação anterior referente ao MP junto ao Tribunal de Contas não prescinde de harmonização com as regras de investidura na carreira, "ex vi" do art. 130 da Constituição Federal.

Ocorre que o inusitado e excepcional panorama surgido após a declaração de inconstitucionalidade de parte do art. 124 da Constituição Estadual, que implicou na remoção dos membros do Parque Estadual, então oficiais perante o TCE, o que ensejou a adoção de providências imediatas, haja vista a necessidade de manifestação do órgão "custos legis" em todos os processos que tramitam na Corte de Contas, sob pena de inviabilização de seu funcionamento.

Daí, parece razoável a nomeação de Procurador interino para o exercício de funções do MP junto ao Tribunal de Contas, o que, aliás, não se confunde com investidura nos cargos existentes na estrutura daquela instituição, dada a excepcionalidade da situação, e somente até o provimento dos cargos próprios de tal Ministério, mediante aprovação em concurso público a ser realizado para tanto.

A providência atende ao princípio da continuidade do serviço público, não sendo dado a nenhuma pessoa administrativa interromper a atividade cujo desempenho lhe seja incumbido pela lei e pela Constituição, ainda que seja, eventualmente, compelida a adotar medidas extraordinárias, como no caso presente.

Abordando o tema com o brilhantismo habitual, Celso Antônio Bandeira de Mello observa:

"Com efeito, uma vez que a Administração é curadora de determinados interesses que a lei define como públicos, e considerando que a defesa e prosseguimento deles é, para ela, obrigatória, verdadeiro dever, a continuidade da atividade administrativa é princípio que se impõe e prevalece em quaisquer circunstâncias".

Ressalte-se que a nomeação feita com base no art. 14 da Lei nº 6.276, de 1973, para o exercício transitório da função - o que, por óbvio, não se confunde com provimento de cargo - de Chefe do MP junto ao Tribunal de Contas, contemplou integrante efetivo do serviço público estadual - Procurador do Estado -, circunstância que indica ter sido a prática do excepcionalíssimo ato, informada por critérios de razoabilidade e austeridade.

Finalmente, é de se considerar que já se encontra em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Projeto de Lei Complementar nº 38/2003, que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, dispondo, inclusive, sobre a organização do MP junto à Corte Estadual de Contas, o qual, uma vez aprovado, permitirá a superação do atual estado de coisas, ensejador da adoção da extraordinária medida noticiada.

A propósito, é importante registrar que tal projeto de lei contém disposições de constitucionalidade duvidosa, "exempli grafia" aquelas concernentes às regras de investidura, principalmente no cargo de Procurador-Geral do MP junto ao Tribunal de Contas, regras essas pelas quais o povo brasileiro tem mostrado especial desvelo.

São imperfeições que seguramente serão corrigidas no curso do processo legislativo, o qual se espera seja célere, de modo a não descaracterizar a aventada circunstância de excepcionalidade.

Ante o exposto, não se vislumbra, por ora, a adoção de qualquer providência por essa Procuradoria-Geral de Justiça, visando a impugnação do noticiado ato.

É o parecer, "sub censura".

Acredito que, com essas informações e com o posicionamento do Ministério Público Estadual, encerramos esse episódio das dúvidas suscitadas pelo Deputado Chico Simões. Talvez, no seu afã, no exercício da sua competência fiscalizadora - atento como sempre esteve -, o Deputado tentou apontar eventual irregularidade.

A partir desse documento do Ministério Público, a situação fica esclarecida. Para que entendam, simplificarei o processo: uma lei foi julgada inconstitucional, mas esses artigos continuaram valendo, porque não foram alterados pela Lei nº 8.222 nem por outra; portanto, pôde, de acordo com o que foi lido, ser repristinado. Então, está claro, os artigos continuaram valendo. O Presidente havia me dito que está em tramitação na Casa proposição para regulamentar essa questão: a criação dos cargos e a realização de concurso público. Esperamos que seja o mais breve possível.

O alerta do Ministério Público servirá para que fiquemos atentos a essa legislação pretendida, para que façamos algumas correções. Tenho certeza de que, pela competência da Comissão de Constituição e Justiça e pela firmeza - diria até rigidez - com que trata essa questão, os dispositivos inconstitucionais serão corrigidos.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Deputado Miguel Martini, aproveito para cumprimentá-lo por ocupar a tribuna restabelecendo a verdade, para que não haja dúvidas sobre a ação do Governador e principalmente do Tribunal de Contas.

O seu pronunciamento deixou entender que o Tribunal de Contas precisa caminhar, evoluir e aprimorar-se, como esta Casa, o Executivo, e todo o processo de construção democrática, que não é estanque, cristalizado no tempo. Se o mundo caminha para a frente, temos de evoluir.

Tive a satisfação de presidir a Comissão Especial que analisou a situação do Tribunal de Contas do Estado. Quero, neste momento em que V. Exa. restabelece a verdade e esclarece os fatos, além de parabenizá-lo, cumprimentar o Presidente do TCE, nosso colega, ex-Deputado Simão Pedro Toledo. Todos o conhecemos bem pelo seu espírito público, pela capacidade, pelo tirocínio, pelo conhecimento jurídico, por tudo que representa e deixou plantado nesta Casa. É um homem público de grande valor. Sabemos do esforço que tem feito para aprimorar o TCE.

Então, cumprimento o Presidente do Tribunal de Contas, em meu nome e da Comissão Especial que analisou a situação do TCE. Cumprimento também a Dra. Raquel, Diretora-Geral. Para nossa alegria, é funcionária inteligentíssima e dedicadíssima, exercendo com brilhantismo a direção.

V. Exa. ressalta a questão da nomeação dos Procuradores do TCE. Entendo que há certa orquestração. O Deputado Chico Simões levanta pela segunda ou terceira vez dúvidas sobre os atos de nomeação e sobre a postura do TCE. O jornal "Estado de Minas", por duas vezes, nesta semana, criticou-o indevidamente. Como a Assembléia Legislativa procura ter nos seus quadros os melhores funcionários, o TCE também possui pessoas de grande valor e conhecimento. Os ocupantes de cargos comissionados são escolhidos a dedo.

Criticaram o Sr. Marco Antônio, Chefe do Gabinete do Presidente Simão Pedro Toledo, por ser contratado pela Escola de Contas do Tribunal; e o filho do Conselheiro José Ferraz, concursado, como se, no quadro de funcionários do Tribunal, não pudesse constar o nome de pessoas competentes para lecionar na Escola de Contas, prestando grande serviço ao Estado.

Visitamos tribunais de Goiás e do Rio Grande do Sul e constatamos que o pioneirismo da criação da Escola de Contas pertence a Minas Gerais. Criamos quadros nas Prefeituras e difundimos os conceitos fundamentais da fiscalização das contas públicas por intermédio da Escola de Contas. A campanha orquestrada para atingir a figura digna e ímpolita do Presidente Simão Pedro não procede. Cumprimento o Tribunal de Contas, modelo para o Brasil, pelo esforço de atualizar-se e modernizar-se. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Nosso papel é o de buscar a justiça e a verdade. Quando faço denúncia e sou convencido do contrário, não tenho dúvida de admitir o erro, mas não é o caso. Por ser o Sr. Simão Pedro Toledo extraordinário homem público, entendi oportuno o relato, porque pairavam dúvidas. Portanto, cumpriu-se a legislação, e quem apresenta a denúncia é o Ministério Público.

O Poder Legislativo é o que representa o povo, fiscaliza e legisla. Não podemos abrir mão de nossas competências e precisamos exigir que os outros Poderes e órgãos cumpram seu papel.

O Deputado Laudelino Augusto - Mineiras, mineiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados e pessoas que nos acompanham, hoje à tarde, todo o mundo, de alguma forma, está comemorando, celebrando ou, pelo menos, comentando os 25 anos do Papa João Paulo II à frente da Igreja Católica. Muitas religiões participam conosco dessa celebração, uma vez que ele tem dado testemunho de ser uma pessoa aberta, ecumênica, preocupada com todas as nações.

Hoje pela manhã, D. Serafim, em sua oração matinal na Rádio América, fez uma comparação entre a vida do Papa e uma vela. Ele dizia: "uma vela que, acesa, ilumina, aquece, orienta, mas que vai se desgastando". Ultimamente, ao vermos a figura do Papa João Paulo II, logo percebemos que é uma pessoa que carrega um grande peso e preocupações, mas que, ao mesmo tempo, está vivo, ativo e presente, qual uma vela que está se consumindo, mas que permanece firme, orientando, iluminando e aquecendo os corações.

Na oração da manhã, hoje, foi citado o Salmo 92: "Os bons florescem como as palmeiras, crescem como cedros do Líbano; na velhice, ainda produzem frutos; são sempre fortes e cheios de vida". Na mesma hora, apliquei esse texto bíblico ao Papa, que, mesmo na velhice, nos seus 83 anos, produz frutos.

Vim aqui para prestar-lhe uma homenagem, pois, há 25 anos, está orientando os destinos da Igreja Católica em todo o mundo. Escreveu várias encíclicas, dentre elas muitas sociais, versando sobre questões internas da Igreja ou falando da vida, do trabalho humano. Uma delas ficou bastante famosa e foi muito discutida em todos os meios políticos e empresariais do mundo.

São várias as encíclicas, que são exatamente os documentos do Papa que contêm um ensinamento doutrinário. Procedeu também a diversas exortações apostólicas, que são textos, em geral, precedidos por encontros e reuniões de Bispos no mundo todo, os chamados sínodos. Escreveu sobre cada continente e sobre a nossa vocação e missão com cidadãos do mundo e do céu. O Papa João Paulo II escreveu também incontáveis cartas pastorais. Isso faz dele uma pessoa presente, importante e um grande líder da humanidade.

Como estamos em uma casa política e legislativa, escolhi alguns textos breves que nos ajudarão muito em nossa missão. Falarei sobre o documento referente à missão e à vocação dos cristãos leigos na Igreja e no mundo. Na Igreja Católica, chamamos de leigos aqueles que foram batizados e crismados e que têm uma habilitação especial para o serviço no mundo, na família, na profissão, na política e na economia. Trata-se dos solteiros, dos casados, dos viúvos, dos jovens, dos adultos e dos idosos. Os cristãos ordenados são os que possuem uma vocação específica, como os diáconos, os Padres, os Bispos, o próprio Papa e aqueles que dedicam a sua vida a uma consagração religiosa. Nós outros somos cristãos leigos. Isso não significa que não entendamos os fatos. Somos leigos porque somos membros do povo de Deus. Esse documento fala para nós, políticos, sobre alguns itens muito importantes, que me ajudaram muito a entrar na política. Costumo dizer e repito desta tribuna que a doutrina social da Igreja nos levou a ocupar um cargo político. Temos um compromisso com a construção da sociedade. Essa é a nossa missão. Costumo me apresentar como um cristão leigo missionário na política. A comunidade nos incentivou a entrar na política. O Papa João Paulo II, nessa exortação apostólica, "Christi Fideles Laici", que significa Vocação e Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo, diz que: "Para animar a ordem temporal, no sentido de servir à pessoa e à sociedade, os cristãos não podem absolutamente abdicar da participação na política, ou seja, da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover, orgânica e institucionalmente, o bem comum". Essa definição de política é muito bonita. E continua a dizer: "Todos e cada um têm o direito e o dever de participar da política, embora em diversidade e complementaridade de formas, níveis, funções e responsabilidades". O Papa chama a atenção para o seguinte. "As acusações de arrivismo, idolatria de poder, egoísmo e corrupção, que muitas vezes são dirigidas aos homens do Governo, do parlamento, da classe dominante ou de partido político, bem como a opinião muito difusa de que a política é um lugar de necessário perigo moral, não justificam minimamente nem o ceticismo, nem o absentismo dos cristãos pela coisa pública."

Olhem como é sério. Ele está dizendo que nem a corrupção, nem a política suja são desculpas para não participar da vida pública. Não podemos ficar indiferentes nem nos abster. Continua dizendo: "Uma política em favor da pessoa e da sociedade tem o seu critério na base da busca do bem comum. A comunidade política existe precisamente para o bem comum.". Está na Constituição "Gaudium et spes", do Concílio Vaticano II. "Além disso, uma política em favor da pessoa e da sociedade encontra a sua linha constante de ação na defesa e na promoção da justiça." Ao longo de todo o documento, convence-nos de que, a partir de nossa fé, temos de nos comprometer. Não temos aqui cidades permanentes; procuramos a que há de vir, como diz o livro dos Hebreus. Porém, enquanto continuarmos nesta cidade, temos de construí-la na base do bem-comum, da justiça e da fraternidade.

Continua dizendo: "No exercício do poder político, é fundamental o espírito de serviço, único capaz de, ao lado da necessária competência e eficiência, tornar transparente ou limpa a atividade dos homens políticos, como aliás o povo justamente exige. Isso pressupõe a luta aberta e a decidida superação de certas tentações, tais como o recurso à deslealdade e à mentira, o desperdício do dinheiro público em vantagem de uns poucos e com mira de clientela, o uso de meios equivocados ou ilícitos para, a todo custo, conquistar, conservar e aumentar o poder.". Isso tem acontecido, o Papa fala de uma realidade. Diz a nós, que entramos na política por esses motivos éticos, como é importante o espírito de serviço.

Já comentamos nesta tribuna que as relações na política não deveriam ser de poder, mas de serviço, como o fez o Mestre, que foi um servidor, lavou os pés de seus Apóstolos. Quando se entende política como poder, autoridade, vantagem, tenta-se justificar corrupção, desvio, apadrinhamentos, clientelismo, etc. Todavia, quando a entendemos como relação de serviço, teremos a garantia de ética, transparência, e o dinheiro público, por pouco que seja, dará para atender às principais necessidades.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Obrigado. Parabenizo-o pelo pronunciamento. Para mim, não é novidade, pois acompanho seu brilhante trabalho nesta Casa. Mesmo antes de conhecê-lo pessoalmente, já conhecíamos sua história e missão de vida, dedicada a servir. Pedro, seu ex-aluno de Itajubá, falou-nos sobre a brilhante figura e cristão exemplar que V. Exa. é e sempre foi. Também trago comigo esse sentimento que, com certeza, foi amadurecido no seio da Igreja Católica, inicialmente nos encontros de jovens, lembrados há poucos dias pelo Pe. Jonas, em uma homenagem à Canção Nova de que participamos. Depois, mais amadurecido, no conselho de cristandade. No dia-a-dia, sentimos que é fundamental que o nosso compromisso de cristãos, católicos, fiéis aos princípios que a palavra sagrada nos traz, esteja presente na vida política.

Lembro-me de que, quando Presidente da Câmara e Vereador em Divinópolis, tivemos a satisfação de ter no Regimento Interno da Câmara, como outras já possuem, a prática da leitura de um salmo ou de um trecho da bíblia.

Sugiro à Mesa que seja adotado tal comportamento nesta Casa, para que a Palavra Sagrada, o princípio cristão norteie os trabalhos parlamentares. É oportuno trazer a mensagem do Papa, nosso Pastor, nosso guia. Parabenizo V. Exa. Obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Lembro-me com alegria quando, há 23 anos, o Papa João Paulo II esteve em Belo Horizonte. Posteriormente, a praça em que ele esteve recebeu o nome de Praça do Papa. O tema central foi juventude. Ele disse: "Jovens, não se deixem instrumentalizar. Juventude é uma questão de estado de espírito. Você pode ter 18 anos e não mais ter sonhos, esperança e vontade de lutar. Porém, você pode ter 80, 90 anos e ainda vibrar e sonhar", como é o caso do Papa, que tem 83 anos, e que continua viajando.

Fica nossa homenagem a todos os que doam sua vida, na pessoa do Papa João Paulo II, que tem feito o bem para toda a humanidade,

especialmente nas suas encíclicas e cartas pastorais com relação ao social, na exigência de que a pessoa humana esteja acima de tudo, de que o trabalho seja mais valorizado que o capital. Aliás, ele tem experiência nisso, pois é polonês. A mensagem do Papa é: A vida acima de qualquer coisa. Queremos homenageá-lo neste dia. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - O grito que ecoou na Praça São Pedro, há 25 anos - "habemus Papam" - leva-nos a celebrar hoje os 25 anos de pontificado de João Paulo II. Como todo ser humano, possui limitações, mas é inegável o reconhecimento do seu empenho e dedicação. Todas as grandes religiões do mundo têm em João Paulo II uma liderança cristã, devido a seu empenho quanto ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso. Esforça-se em visitar inúmeros países. Veio ao Brasil mais de uma vez. Seu compromisso é com a paz, mas vai à raiz dos problemas, discutindo a justiça social, propondo menor distância em relação à produção e à economia, porque sempre combateu as distâncias sociais.

A Deputada Maria José Haueisen (em aparte) - Muito obrigada, Deputado Padre João, por haver concordado em ceder-me um pouco do tempo que lhe foi permitido. Manifesto, também, minha alegria com o pontificado de João Paulo II: são 25 anos dedicados à humanidade. No seu livro, lembra-nos do compromisso político. Enquanto o Deputado Laudelino Augusto lia as exortações, lembrei-me do período bravo da ditadura, em que tudo era censurado, as pessoas punidas e castigadas. Sobrou apenas o espaço da Igreja. Naquela época, os cristãos começaram a discutir a política como serviço. O Deputado Padre João, embora fosse adolescente, deve lembrar-se daquele período, das comunidades eclesiais de base. Os ditadores não perceberam a conscientização que estava sendo feita. Começava a politização, mostrando que o cristão precisava engajar-se na luta política.

Houve uma época em que a política ficava de um lado e a religião de outro. A pregação da Igreja era: temos de rezar, rezar, rezar para ganhar o céu. Quem reza salva-se. No entanto, no Evangelho está escrito que a oração deve estar unida à ação. Abraçamos a luta política em razão do nosso compromisso de fé. O Papa João Paulo II, em sua exortação, lembra-nos, cada vez mais, esse compromisso. Parabéns, Deputados Padre João e Laudelino Augusto, que nos trouxeram essa lembrança!

O Deputado Padre João - Obrigado, Deputada Maria José Haueisen. Voltado para Jesus Cristo, para a Igreja e para o homem, o Papa vem exercendo seu pontificado ao longo desses 25 anos, valorizando o ser humano a fim de resgatar a sua dignidade. Retoma a frase de seus antecessores, ao colocar a política como forma sublime de exercer a caridade, superando qualquer tipo de assistencialismo. A religiosidade deve ser vivida de forma que superemos o divórcio existente entre a fé e a vida. A nossa fé deve expressar-se em nossas atitudes, do amanhecer ao anoitecer, em cada gesto com o próximo, na política, no trabalho, no lazer. Esse resgate da forma de viver a religiosidade tem sido um grande trabalho realizado por João Paulo II.

Apesar de ser um homem político, religioso, de fé, dedicado aos pobres, tem suas limitações. Nenhum colegiado, nenhuma organização é perfeita.

Temos conflitos nas famílias, nos partidos políticos e nesta Casa. Na Igreja Católica, também há pessoas que pensam diferente umas das outras, mas existe comunhão nas decisões, com compromisso e unidade.

Aproveitamos este breve pronunciamento para parabenizar o Papa João Paulo II. Estamos em comunhão com ele na transformação da sociedade. Entendemos que essa transformação passa por uma atuação política radical, porque hoje, mais que nunca, temos a convicção de que o mundo da política é também um campo de missão, um espaço onde nós, na condição de ordenados ou leigos, devemos exercer o nosso apostolado e o nosso ministério. O Papa sempre trabalhou para a erradicação da miséria.

Hoje, Dia Mundial da Alimentação, temos algo a celebrar. Poderíamos celebrar muito mais. Apesar das críticas, vemos grande empenho do Governo Federal, por meio do Fome Zero, composto por 24 programas que estão sendo implementados simultaneamente. Em Minas, serão assinados vários convênios com o Governador no dia 21. Começamos a ver resultados nos primeiros grupos de alfabetização de jovens e adultos. Algumas pessoas já estão lendo. Isso significa curar, libertar o povo da cegueira. Às vezes, esperamos por milagre como algo que vem dos altos, sem nenhum empenho ou luta. Posso afirmar-lhes que alguns milagres já estão acontecendo dentro do projeto Fome Zero.

Lamentamos, ao nos reunir em audiência pública como esta, para discutir o PMDI e o PPAG, o fato de verificar que grupos específicos, como o Grupo 4, sobre o Minas Sem Fome e o CONSEA-MG, estão sendo ignorados. Isso nos deixa angustiados. Participamos da I Conferência Estadual de Segurança Alimentar, em que tivemos o PROSAM. Diversos programas contam com a participação da comunidade mineira. Estamos organizados em 26 regionais. Todas as plenárias da EMATER também contaram com a participação da sociedade civil. É triste ver todo esse esforço ser ignorado. Quando as emendas e propostas desses trabalhos serão respeitadas? Estamos nos preparando para a II Conferência Estadual de Segurança Alimentar, a se realizar na primeira semana de dezembro. Com que motivação participaremos desse encontro, se não está sendo dada a devida importância ao CONSEA? Existem programas bem elaborados, há um grupo específico para trabalhar com o projeto Minas Sem Fome, mas esse Conselho está totalmente sem poder. Na verdade, ele entra como parceiro, porém, não tem qualquer poder de decisão, concentrado na Secretaria da Agricultura e, sobretudo, na EMATER.

Os primeiros projetos vindos do PROSAN tinham recursos da ordem de R\$3.000.000,00 a R\$7.000.000,00, nunca mais de R\$15.000.000,00. O que o povo precisa é de pequenos recursos, para que tenha o necessário para fazer uma horta ou uma lavoura comunitária, implementar os projetos. Lamento o rumo que tomou o PPAG e o PMDI, ao ignorar a atuação do CONSEA. Há um líder que não mede esforços para estar em Minas, D. Mauro Morelli, Bispo no Rio de Janeiro. Ele sempre esteve presente quando solicitado pelos Governadores Itamar e Aécio, sem medir esforços para viajar em nossa caravana. Às vezes, chegávamos meia-noite, 1 hora da manhã, e todas as nossas reuniões eram feitas em lugares distantes, na zona rural. Uma pessoa de idade, como D. Mauro, e seu trabalho sendo ignorado dessa maneira, um trabalho com a participação popular: o que o Governo quer? Quando o povo é chamado, tem propostas, quer participar, mas também quer ver os resultados das plenárias nos programas do Governo. Entretanto, o Governo monta uma equipe técnica, ignorando o trabalho e a participação popular. Esse é meu protesto e minha indignação. Participei do grupo Minas Sem Fome, com a última esperança de que as propostas vindas dos trabalhos de grupos sejam respeitadas e o trabalho do Deputado André Quintão valorizado, o qual vem se empenhando em garantir a participação do povo mineiro. Obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Senhoras e senhores presentes, telespectadores da TV Assembléia, procederemos à apresentação de um vídeo sobre o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, iniciado na década de 70, na região de São Gotardo e Rio Paranaíba, onde se iniciou a exploração do cerrado brasileiro, que hoje é o principal local de produção agropecuária. Estivemos em São Gotardo com os produtores e as cooperativas de crédito e produção, onde assistimos a esse vídeo que agora exibiremos.

- Procede-se à exibição de vídeo.

A fita era bem maior mas, em face da exigüidade do tempo, tivemos que fazer vários cortes. Mas o que pudemos ver já nos dá uma noção do que é hoje o cerrado brasileiro, principalmente no Alto Paranaíba.

Quereria mencionar que o sucesso desse programa se deve, na verdade, à ousadia de grandes homens, começando pelo Governador Rondon

Pacheco, que, ao lado do seu Secretário de Agricultura, Alysson Paulinelli, acreditou nessa idéia. Acreditaram que uma terra árida, como disse o Dr. Alysson Paulinelli, "terra de fazer longe", poderia produzir alguma coisa. Como estudante de agronomia à época, em 1975, tive a oportunidade de ali estar estagiando na EMATER e lembro-me da primeira muda de café plantado naquele cerrado, que hoje é celeiro da produção de café e muitas outras culturas. Não podemos esquecer nunca os grandes estadistas - Alysson Paulinelli, Rondon Pacheco, entre muitos outros auxiliares. Queria dizer também que Alysson Paulinelli veio a ser Ministro da Agricultura no Governo de Ernesto Geisel, que, embora um ditador militar, teve a clarividência de construir alguma coisa sólida como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Na democracia, evidentemente, vamos construindo coisas melhores, não tenho dúvidas, o que não significa que na ditadura não se tenham construído coisas boas também. Se hoje o agronegócio brasileiro traz divisas e equilibra a balança comercial, devemos muito à cabeça dessas pessoas que acreditaram e montaram estruturas sólidas, como é o caso da EMBRAPA, que muito nos orgulha.

Para terminar, Sr. Presidente, queria dizer que parabeno também aqueles pioneiros japoneses que vieram de São Paulo e do Paraná, que sofreram, mas acreditaram. E hoje o cerrado brasileiro é uma realidade. Ao lado das pessoas que tiveram a clarividência desse projeto, é evidente que o cooperativismo foi uma peça chave. Na época, a Cooperativa de Cotia, hoje COPADAP, estava por trás, organizando aqueles produtores e fazendo o sucesso da nossa produção agropecuária. E, mais importante do que isso, gerando impostos e empregos para a nossa comunidade. Portanto, quero deixar aqui minha homenagem a todos os produtores rurais, a todos os cooperativistas e, porque não dizer, a todas as pessoas ligadas ao agronegócio brasileiro, especialmente daquela região. Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia. Hoje pela manhã realizamos neste Plenário uma extensa e produtiva audiência pública tratando das diretrizes e metas de políticas públicas sociais que constam no PMDI e no PPAG, Metas 2004-2007, do Governo do Estado.

Em linhas gerais, as metas e diretrizes apresentadas estão fundamentadas num bom diagnóstico e numa boa leitura da realidade econômica e social do Estado. Até o prazo para a apresentação de emendas, os debates entre os Deputados e a sociedade continuam, mas, preliminarmente, quero falar de algumas lacunas e fazer algumas reflexões, para nortear a apresentação das emendas.

Em primeiro lugar, na audiência pública realizada pela manhã, ficou nítida a lacuna por não constar dos 30 projetos estruturadores do Governo Estadual nenhum projeto mais global que afirme a política pública de assistência social, conforme prevê a LOAS, Lei nº 8.742, de 1993.

Temos um grande desafio. As medidas de inclusão social mais progressivas e graduais que, sob a égide da retomada do desenvolvimento econômico com o Governo Lula, virão com certeza, não deixam de expor uma realidade de milhões de mineiros em situação de pobreza, de indigência, emergencial.

Poderíamos falar das famílias em situação de pobreza absoluta, dos migrantes, da necessidade de benefícios eventuais e da estruturação, pelos municípios, de políticas locais com conselhos, fundos e bons diagnósticos sociais. Não temos isso em nenhum projeto estruturador. Temos o projeto Minas Sem Fome, o Centro de Promoção do Emprego, mas com ações específicas. Quanto ao Minas Sem Fome, assim como o Deputado Padre João, também gostaria de fazer algumas observações.

Precisamos incorporar no PPAG a assistência social como projeto estruturador. A série histórica de investimento do Estado na política pública de assistência social é ridícula ao longo dos anos desde a implantação da LOAS.

Quanto à saúde, temos uma emenda constitucional que prevê o mínimo de aplicação nesse setor. A Deputada Jô Moraes, militante e conhecedora profunda da área da saúde pública, sabe da importância e da luta para aprovar essa emenda constitucional, e o Estado não a vem cumprindo. Hoje, ouvimos na Assembléia que o Estado terá dificuldades em cumpri-la.

Temos de abrir o debate, que está tomando dimensão nacional, sobre o que deve ou não ser incorporado como gasto de saúde. Há ainda o receio - e, acredito, fundado - das entidades dos trabalhadores em relação à discussão das OSCIPS e com o Substitutivo nº 2, que tramita na Assembléia. Poderá abrir espaço até como uma espécie de transgenia do projeto de Organização Social com a OSCIP, que tem caráter de organização social. Isso aponta para a privatização dos serviços públicos prestado no âmbito do Estado.

Portanto, a discussão das OSCIPs é importante e foi levantada no debate, pela manhã.

Reitero as preocupações do Deputado Padre João. Minas Gerais tem o Conselho Estadual de Segurança Alimentar - CONSEA -, já realizou conferências sobre a matéria, possui um plano bem arquitetado, com metas e diretrizes, mas seu programa Minas Sem Fome, que compõe um dos projetos estruturadores do Governo, não traduz a abrangência do debate democrático por parte do movimento de segurança alimentar do Estado. Certamente, essa será uma das áreas que receberão emendas, não só da Comissão de Participação Popular como também dos Deputados.

Levantaram também a questão da ciência e da tecnologia. Várias boas iniciativas foram projetadas e há muitas diretrizes e metas, mas não percebemos uma diretriz mais nítida com relação à UEMG. Minas Gerais é muito bem servida do ponto de vista de universidades federais, pois temos as várias unidades da Universidade Federal de Minas Gerais, um exemplo nacional, com muita capacidade de expansão no Estado - e assim esperamos que aconteça no Governo Lula. Temos ainda a UNIMONTES, mas não percebemos uma diretriz nítida de investimento do Governo Estadual com relação à UEMG, para que a Constituição Estadual seja cumprida e as várias fundações possam ser absorvidas e cumprir suas finalidades.

De acordo com a legislação, essa não é uma responsabilidade do Estado, mas há uma ansiedade grande e muita demanda com relação à educação infantil, que, hoje, está sob a responsabilidade dos municípios, os quais, em sua maioria, não têm condições de assumi-la. Qual será o papel do Estado e da União no financiamento dessa educação? Esse debate foi trazido por vários setores, aqui, hoje.

O caso da habitação é grave. Minas Gerais tem um déficit de 600 mil imóveis, para serem construídos ou reformados. Historicamente, o Estado tem investido pouquíssimos recursos em habitação. Esperamos que a situação mude, mas, infelizmente, do ponto de vista de metas perante esse déficit, ainda estamos distantes de uma realidade que tranquilize o povo mineiro.

Poderíamos falar de outras políticas específicas. A educação, no que se refere ao ensino médio, apresenta um déficit de cerca de 50 mil vagas em Minas, principalmente em locais de expansão urbana desenfreada, irregular, e em distritos rurais, mais distantes. Há uma ausência de vagas e, ainda, uma dificuldade de transporte escolar.

O bloco de discussão das políticas públicas sociais revelou muitas carências e demandas difíceis de serem atendidas rapidamente. Essa, infelizmente, é a realidade brasileira. Há necessidade de um maior volume de investimento, seja federal, seja estadual.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Agradeço o aparte e quero salientar o grande trabalho que V. Exa. vem prestando à Assembléia Legislativa, na Comissão de Participação Popular. Certamente, antes deste evento, poucas pessoas sabiam o que significa Plano Plurianual de

Ação Governamental - PPAG - e Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI.

Com certeza, após essa brilhante idéia de discutir os programas instituídos pelo Executivo, os mineiros disporão de um conhecimento maior. Parabenizo V. Exa. pelas observações relativas à saúde e chamo a atenção para a área da pesquisa. Desde que a FAPEMIG foi instituída, na década de 80, nenhum governante deste Estado cumpriu o preceito constitucional de destinar 1% para essa Fundação. Isso é lamentável, porque Minas, além de não estar investindo no ensino superior, que representa formação de mão-de-obra, não está investindo a contento na área da ciência e tecnologia. Sem isso, o Estado não terá desenvolvimento pleno.

V. Exa. está de parabéns como condutor desse processo. Com certeza, a população, participando e conhecendo o assunto, poderá pressionar mais. E ajudaremos o Governo a governar. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputado Paulo Piau. Parabenizo também V. Exa. pelo esforço em implantar em Minas Gerais medidas de suporte e de apoio ao ensino superior, à ciência, à tecnologia e à pesquisa. Com relação ao PPAG e ao PMDI, percebi que o diagnóstico é bom em termos globais, até porque referenda um bom estudo realizado pelo BDMG no ano passado, que procedeu a uma espécie de raio X do Estado em várias áreas. Ele possui diretrizes estratégicas importantes. Com relação à infra-estrutura, por exemplo, a necessidade de Minas Gerais recuperar a sua malha rodoviária é uma condição imprescindível para a disputa econômica no País, até mesmo com outros Estados, até mais do que a guerra fiscal. A recuperação da malha viária, a questão da energia e de agregação de valor aos produtos da nossa agricultura são diretrizes corretas e importantes que constam do PMDI e do PPAG.

A questão do investimento, Deputada Jô Moraes, fica absolutamente condicionada a recurso externo por via de empréstimo, a recurso federal e a parcerias com a iniciativa privada. Com criatividade e ousadia, poderíamos pensar formas para enfrentar a questão da capacidade de financiamento do Estado. É evidente que não devemos, para isso, cobrar pela emissão de boletim de ocorrência nem criar mais taxas. Não será com essas ações que o Estado retomará a sua capacidade de investimento, aumentando IPVA de moto, por exemplo, penalizando o "motoboy". Isso significa pouco recurso arrecadado e penalização do contribuinte. Temos de pensar e identificar como estender e ampliar as parcerias com o Governo Federal. O Governador tem se esforçado nesse sentido, e o Presidente Lula tem acolhido, com a dimensão do pacto federativo que defende, essas iniciativas. Muitos projetos do PPAG estadual estão associados ao PPA do Governo Federal. É bom que isso aconteça. O Estado, de maneira correta e séria, sem criar qualquer ação irresponsável, pode e deve contrair um nível razoável de endividamento, para investir, crescer e, depois, recuperar e pagar o próprio empréstimo, como deve também estimular as parcerias com a sociedade civil.

Poderíamos nos aprofundar mais nessa discussão sobre as receitas próprias do Estado. Como estão sendo aplicadas? Como está a questão da renúncia fiscal? Temos de estudar outras formas, até do ponto de vista da empresa que se gesta na área do desenvolvimento econômico, com a fusão de vários órgãos. Como poderíamos pensar em uma empresa mais forte para estimular o desenvolvimento econômico e sair dessa eterna discussão sobre a falta de recursos por parte do Estado? Agradeço a atenção dos Deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputado Paulo Piau, que preside esta reunião, caro Deputado André Quintão, que, mais uma vez, com o brilho de sua inteligência, mostra o trabalho da Comissão de Participação Popular, Srs. Deputados, imprensa, TV Assembléia, quero fazer rápida reflexão, em decorrência da honrosa Presidência da Comissão Especial da Cafeicultura. Acabamos de sair de debate importante que durou mais de 5 horas. Discutimos hoje sobre a carga tributária e seus respectivos desdobramentos. Dentro dessa comissão, todos irmanados na vontade e determinação, procuramos traçar novos rumos para a cafeicultura mineira. Estamos colhendo informações importantes. Por isso, cumprimento V. Exa., Deputado Paulo Piau, que com garra e lucidez dirige os destinos da Comissão da Cafeicultura.

Falarei sobre o dia de hoje. Fiz questão de voltar a esta tribuna. Ontem saudamos os professores; hoje, os olhos, o coração e o sentimento do mundo voltam-se para o Vaticano. Desde as primeiras horas do dia, por meio da imprensa, acompanhamos com devoção, respeito e admiração, as comemorações pelos 25 anos de atividade do Santo Padre, o Papa. Lá, avistamos a figura invulgar do Papa João Paulo II, celebrando os seus 25 anos de pontificado, irradiando, com a sua contínua pregação, o amor e a esperança, a paz e a fraternidade, a piedade e a tolerância, a preservação de seus ideais pela fé e pela caridade. Nasceu no dia 18/5/1920, em uma época de guerra entre a Polônia e a União Soviética. Sua mãe, Olga, tinha saúde debilitada, mas sempre expressou-lhe seu grande afeto. Seu pai era Tenente do exército polonês, mas sua idade não o recomendava. Por isso, sempre ajudou na criação dos filhos. Karol, nosso querido Papa, tinha também um irmão mais velho, Edmund, por quem nutria muita admiração.

Antes dos 21 anos, o futuro Papa já havia perdido toda a sua família. A mãe morreu quando ele tinha apenas 8 anos. Pouco depois, morreu o irmão, que estudava medicina e foi vítima de uma epidemia em um hospital. Em 1941, morreu seu pai em um dos mais rigorosos invernos da Polônia. Foi sob esse sentimento que Karol escreveu um poema lembrando a dor, mas reconhecendo a soberania e desejo de Deus:

"Sei que sou pequeno / Mas há outros ainda menores que eu. / Ele me escolheu, / Ele me lança nas cinzas, / Ele pode fazer isso - mas por quê? / Por que fazer isso comigo? / Ele é o provedor".

Bem antes de se tornar Papa, em 16/10/78, Karol já era um exemplo de cidadão.

Da infância em Vadovice aos retiros religiosos no Vaticano, ele sempre se sobressaiu como o melhor aluno nas escolas e universidades por que passou. Falava alemão, latim e grego.

Admirador do futebol, Karol não só teve diversos amigos judeus, como jogava freqüentemente como goleiro no time dos judeus de sua cidade.

Aos 14 anos, atuou como ator e roteirista em peças de teatro em Cracóvia, trabalhou como britador em uma pedreira e até entrou na lista negra do nazismo, que ocupou a Polônia de 1939 a 1945. Karol virou Padre aos 26 anos, Arcebispo aos 43 e Cardeal aos 46.

Antes de completar 34 dias de pontificado, a vontade divina recolheu aos arcanos celestes o Papa João Paulo I. O conclave que o elegera havia sido longo, mas já estava na hora de mais um ser realizado.

Três dias depois, a fumaça branca saía da chaminé ao lado da Capela Sistina, anunciando que o novo Pontífice estava escolhido. Os especialistas não imaginavam a possibilidade de um Cardeal polonês ser indicado.

Mas todos devemos reconhecer que é Deus quem conduz a história. E assim, quis Deus fosse Karol Wojtyła o novo Pontífice.

Revelando, uma vez mais, o seu caráter sensível e o seu temperamento afável, o Papa escolheu o nome João Paulo II em homenagem ao seu antecessor. O mundo contemplava, sem bem perceber, um novo alvorecer para a fé católica.

No dia 25/1/79, o novo Papa, num gesto repleto de simbolismo e humildade, beijou o solo da República Dominicana, e disse: "Viajarei por onde me chamarem as exigências da fé e dos valores humanos".

Na ocasião, especulou-se tratar-se de uma frase de efeito, mas não. Nenhum outro Papa beijou tantos solos como João Paulo II, tornando-se, então, carinhosamente conhecido como o Papa Peregrino.

Informa o rito da Igreja Católica que o mesmo Papa só deve beijar uma vez um país. O Brasil e o povo brasileiro desfrutaram de um especial privilégio, pois João Paulo II beijou duas vezes o solo brasileiro, quando nos visitou em 1980 e em 1991, revelando particular apreço para com a nossa terra e a nossa gente.

João Paulo II notabilizou-se em seu pontificado por ter sido o Papa que mais realizou viagens. Desde 1978, quando assumiu o posto no Vaticano, já visitou 123 países, percorrendo mais de 1.000.000km. Nada além de cumprir o que havia prometido, pois, ao ser conduzido ao pontificado, João Paulo II assegurou que levaria a religião aos quatro cantos do mundo. E assim o fez. Inúmeros foram os momentos de profunda emoção nos encontros, missas e bênçãos ministradas aos diferentes povos de toda a Terra.

Algumas dessas viagens tiveram uma conotação toda especial. É o caso da que ocorreu em janeiro de 1998, quando o Papa esteve em Havana, Capital de Cuba, a convite do Presidente cubano Fidel Castro, na primeira vez em que um Santo Padre rezou uma missa campal na ilha comunista. A viagem mais comovente de João Paulo II, porém, ocorreu ao santuário de Fátima, em Portugal. Era o dia 13/5/2000. Naquele sábado, a Igreja Católica surpreendeu o mundo ao anunciar a Terceira Revelação de Fátima.

Na ocasião, o Papa beatificou os irmãos Francisco e Jacinta Marto, os dois pastores que, juntos de Lúcia - que ainda vive em um mosteiro português -, tiveram a visão da Virgem Maria no ano de 1917. Naquele mesmo ano, o Papa conseguiu realizar uma das viagens que mais queria, através da Terra Santa, Israel. Mas um sonho foi impossível de se realizar, até hoje, para João Paulo II: uma visita a Moscou, capital da Rússia e grande berço do socialismo. O governo russo simplesmente não autoriza a visita do Santo Padre.

Mesmo diante dos inúmeros dissabores, vivendo as conseqüências do atentado que sofreu na década de 80 e lutando contra a doença de Parkinson, o líder mundial da Igreja Católica continua seu trabalho e sua peregrinação com ânimo surpreendente. São 25 anos de pregação fervorosa e de proclamação ardorosa, cuja tônica sempre foi a defesa da valorização do homem, como a perfeita criação do Eterno.

Não é outra a expressão que encontramos em suas encíclicas e mensagens, como essa que extraímos de sua mensagem para a Quaresma de 2003: "A exploração do homem, a indiferença pelo sofrimento alheio, a violação das normas morais são somente alguns dos resultados da ambição de ganho. Frente ao triste espetáculo da persistente pobreza que atinge boa parte da população mundial, como não reconhecer que o lucro perseguido a todo custo e a falta de atenção efetiva e responsável pelo bem comum concentram uma grande quantidade de recursos nas mãos de poucos, enquanto o resto da humanidade sofre na miséria e no abandono?

Fazendo apelo aos crentes e a todos os homens de boa-vontade, desejo reafirmar um princípio óbvio por si mesmo, apesar de não raro desatendido: é necessário procurar não o bem de um restrito círculo de privilegiados, mas a melhoria das condições de vida de todos. Somente sobre esse fundamento poderá ser construída aquela ordem internacional, orientada realmente para a justiça e a solidariedade, que todos almejam."

É essa mesma indiferença, censurada por Sua Santidade, que tem alimentado os conflitos e ocasionado as mais trágicas guerras. É essa mesma indiferença que nos usurpa a paz. Mas o ensinamento e o apelo do Santo Padre apontam-nos uma outra direção. Vejamos a sua reflexão nas comemorações pelo Dia Mundial da Paz, em 2001: "Os indescritíveis sofrimentos de povos e indivíduos, vários deles meus amigos e conhecidos, causados pelo totalitarismo nazista e comunista, sempre interpelaram o meu espírito e motivaram a minha oração.

Muitas vezes, refleti sobre essa questão: qual é o caminho que leva ao pleno restabelecimento da ordem moral e social tão barbaramente violada? A convicção a que cheguei, raciocinando e confrontando com a revelação bíblica, é que não se restabelece cabalmente a ordem violada, senão conjugando mutuamente justiça e perdão. As colunas da verdadeira paz são a justiça e aquela forma particular de amor que é o perdão."

Ao conclamar os nobres pares para que se associem conosco nessa singela homenagem, por ocasião do Jubileu de Prata do profícuo papado de João Paulo II, a nossa prece aos céus é para que o exemplo, o amor, a mensagem de paz e harmonia entre os povos, postulados maiores do ministério de nosso Santo Padre, sejam fortemente cultivados por todos os homens. Que a família humana, nesses tempos tormentosos, possa encontrar paz verdadeira e duradoura, aquela paz que só pode nascer do encontro da justiça com a misericórdia! Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/10/03, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Cláudio Fernandes da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando Éder de Oliveira Martins Júnior do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando Maria Gilza Marques Bicalho Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Marinêz Sapucaia Couto Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Raul Oliveira de Miranda do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 4 horas;

exonerando Simone Duarte de Las Casas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Geralda Isabel de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

nomeando Simone Duarte de Las Casas para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Gercy Soares do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Augusto Caminhas Magalhães para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Ramos

exonerando Ronaldo Wilson Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Marilson Venâncio Guerra para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Geralda Isabel de Souza do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;

nomeando Cláudio Fernandes da Silva para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.